TRIBUNA FEIRENSE

Compromisso com a verdade

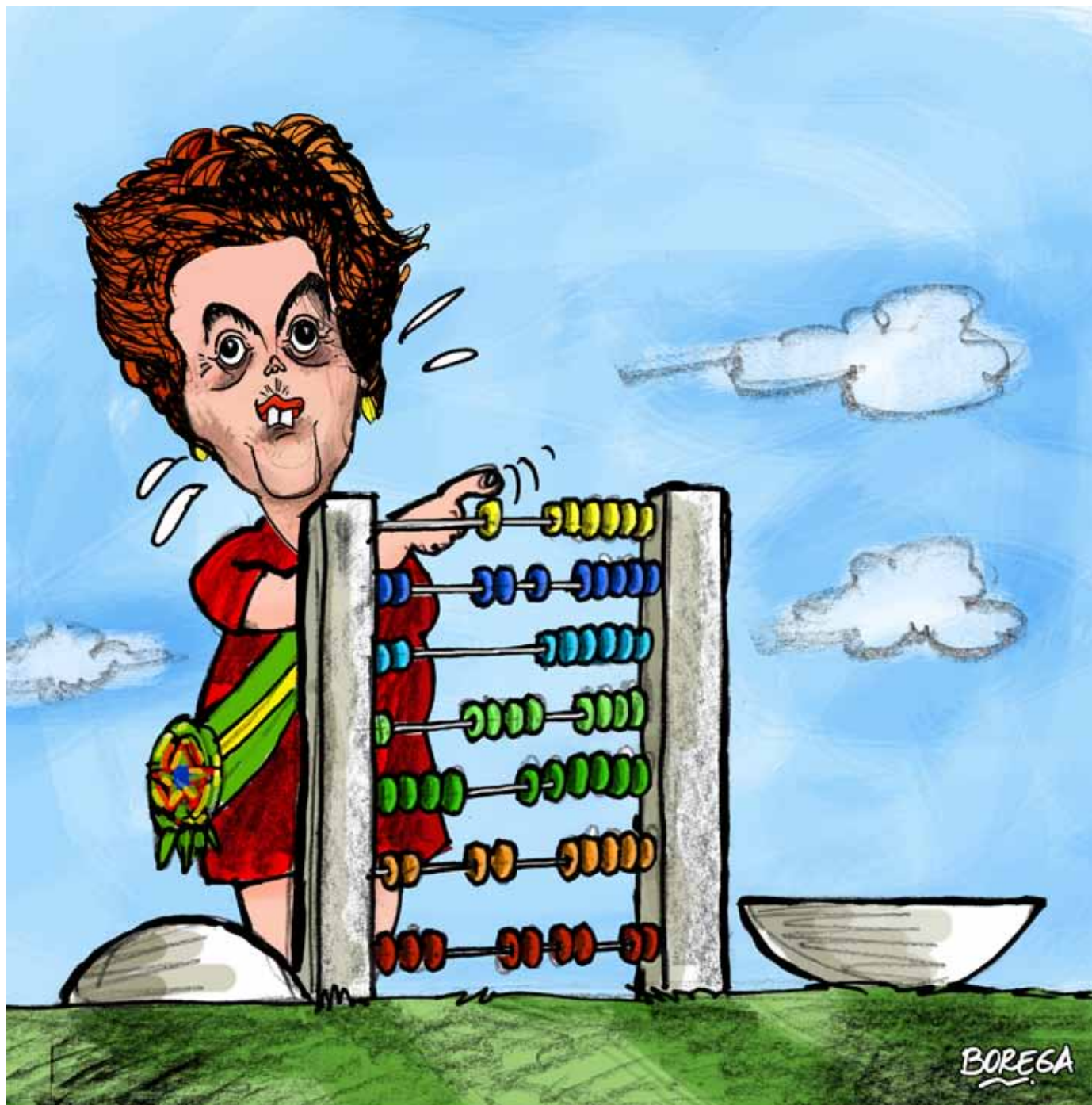
www.tribunafeirense.com.br | FEIRA DE SANTANA, SEXTA-FEIRA 15 DE ABRIL DE 2016 | ANO XVI - Nº 2.579 | R$ 1

ATENDIMENTO (75)3225-7500

Barracas dominam o Centro

Uma grande parte dos camelôs de Feira de Santana não podem mais ser chamados de ambulantes. Suas barracas estão fixadas com concreto no chão e permanecem todos os dias nas ruas, mesmo quando o comércio está fechado. A prefeitura espera resolver o problema com o shopping popular, mas ainda não conseguiu nem fazer a sondagem do terreno ou aprovar os projetos da obra.

5 a 7

Marechal Deodoro, num dia de domingo. O comércio está fechado, mas a sujeira e a favelização do Centro são garantidas pelas barracas presas ao chão com concreto

Lagoa do Subaé é atacada

O Atacadão resolveu erguer um novo empreendimento às margens da BR 324, em área há muito considerada como parte da lagoa do Subaé. A prefeitura autorizou, a terraplanagem foi adiante, mas a repercussão negativa levou o governo municipal a mandar parar o serviço e pedir - só agora - um estudo hidrogeológico.

02

Construção de hipermercado é nova ameaça à lagoa do Subaé

LANA MATTOS

O histórico descaso pelas questões ambientais parece estar longe de terminar em Feira de Santana. A Lagoa do Subaé foi partida pela BR 324 nos anos 50, aterrada ao longo dos anos para construção de imóveis e agora, em tempos de tantas discussões sobre preservação ambiental, uma polêmica envolve sua possível nascente.

Esta semana, teve início a terraplanagem de um terreno às margens da 324, sentido Salvador-Feira, para a construção de uma unidade da rede Atacadão, o que logo chamou a atenção por se tratar supostamente de mais uma parte da Lagoa do Subaé – e talvez até uma nascente do rio de mesmo nome - sendo aterrada.

Com a repercussão do caso, a prefeitura mandou suspender as obras na terça-feira (12), por suspeita de que se trate de Área de Preservação Permanente (APP), e exigiu que a empresa faça um estudo hidrogeológico no local. A própria prefeitura havia concedido a licença ambiental, autorizando a construção, em novembro do ano passado.

A terraplanagem às margens da BR 324 já estava bem avançada quando a prefeitura pediu a suspensão

O engenheiro civil e professor da Uefs, Gerinaldo Costa, elaborou um estudo em 2001, intitulado "Levantamento Cadastral da Área da Lagoa do Subaé", num convênio entre a Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs) e o Centro Industrial do Subaé (CIS). Baseado no trabalho, que conta com um mapa detalhado, que traça os limites de proteção da lagoa, o professor garante que a obra teve início "dentro da lagoa", e que ali se trata também de uma nascente do rio Subaé.

Diferente do que disse Gerinaldo, o diretor regional do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), Messias Gonzaga, afirma que ali não é nascente do rio Subaé, embora confirme que o rio passa por lá, sendo de qualquer forma uma área de interesse para preservação em nível estadual.

O secretário do Meio Ambiente, Maurício Carvalho, procura minimizar a questão ambiental, dizendo que "não existe naquela área como um todo, digamos assim, um entendimento homogêneo e absoluto em relação à questão das APPs". Ele alega que, com as alterações ambientais, não existe um consenso sobre o assunto e que desconhece o estudo do engenheiro da Uefs.

Maurício Carvalho afirma que, quando a Secretaria Municipal de Meio Ambiente licenciou a obra, não identificou o local como uma APP, "pois não existe hoje um consenso, a área é muito grande".

Segundo ele o estudo hidrogeológico é complementar e não uma condicionante para o município conceder a licença ambiental, por isso a prefeitura não exigiu que a empresa o apresentasse antes do início da obra.

Ele justifica a nova postura do órgão municipal suspendendo a obra por conta de "uma maior precaução ainda diante das situações que foram, digamos assim, levantadas, uma vez que o governo quer que haja a maior transparência possível".

As obras foram suspensas temporariamente pois, segundo o secretário, "não existe questão fechada em relação" ao tema e "nós estamos buscando maiores subsídios para tomar uma decisão".

Em nota, o Atacadão informou apenas que "assim que recebeu a notificação do órgão, isolou o perímetro do terreno onde será conduzida a nova análise". Disse ainda que "a companhia colabora com a condução do estudo e reforça seu compromisso com o cumprimento integral da legislação e com a comunidade da região, onde a empresa já opera uma unidade".

Adilson Simas

Feira Ontem

Melhor amigo do cavalo

Surgida em 1939, a Fazenda Cruzeiro do Mocó ganhou em 1970 enfermaria, farmácia, centro de instruções e duchas, e passou a ser denominada Estação Experimental de Zootécnica, para se dedicar à seleção de eqüídeos e asininos.

Recebido por estudantes tremulando bandeirolas e por autoridades locais, o secretário de Agricultura do estado, Jaime Queiroz, chegou acompanhado dos parlamentares Wilson Falcão e Áureo Filho, para presidir o ato inaugural. Após ser saudado por Wilson Falcão, o secretário assim começou seu longo discurso, segundo o Feira Hoje de 3 de outubro de 1970:

- O cavalo, velho amigo do homem, não perdeu ainda sua oportunidade, mas ao invés disso, continua a ser-nos extremamente útil, ajudando na construção da grande Feira...

Salão de arte na Uefs

Foi na noite de domingo, 9 de abril de 1978, no Campus da Universidade Estadual de Feira de Santana, a abertura do Primeiro Salão de Arte Universitária de Feira. A mostra durou até o sábado seguinte, dia 15, reunindo trabalhos de artes plásticas, teatro, dança e literatura, desenvolvidos por estudantes integrantes do Projeto Bolsa Arte 1977 .

Já diário, o jornal Feira Hoje que tinha como editor o jornalista Helder Alencar, deu intensa cobertura ao evento, tendo no encerramento afirmado em editorial:

- Com a iniciativa a UEFS mostra que além de casa de ensino, tem sido também, casa de cultura.....

O monopólio das moções

Segundo o jornal Feira Hoje, edição 898, que circulou no sábado, 30 de abril de 1977, "na sessão da câmara realizada na quinta-feira, o vereador José Ferreira Pinto bateu um novo recorde na apresentação de moções de congratulações; foi uma para cada participante da micareta, quer seja clube social, bloco, cordão, escola de samba, trio elétrico e outras categorias".

Após justificar todas as moções, o vereador arenista mirou os membros da bancada do MDB e disse que a moção ao governo municipal sobre a organização da micareta deixei para vossas excelências que são governistas" e concluiu irônico:

- Espero que encontrem motivos...

Glauco Wanderley
redacao@tribunafeirense.com.br

Feira de Santana no impeachment

Entre os deputados que representam Feira de Santana no Congresso, um voto está declarado pelo impeachment há muito tempo. É o do deputado Lázaro. Fernando Torres figurou sempre no rol dos indecisos, mas levantamentos do jornal Estadão, de São Paulo e do Correio, de Salvador, agora colocam o deputado do PSD no bloco dos que são contra o impeachment.

O Movimento Brasil Livre atribui ao senador Otto Alencar pressão sobre os filiados do seu partido para ficar ao lado de Dilma. O mesmo Otto, porém, aparece no levantamento do Estadão no Senado como um que não quis manifestar sua posição sobre quando o processo passar à instância final. Mesmo caso, por sinal, do ex-petista Walter Pinheiro.

Favas contadas

As contas já se voltam para o Senado, porque a aprovação do impeachment na Câmara são favas contadas, com os movimentos de partidos inteiros e de deputados que individualmente deixaram o barco governista desde a segunda-feira.

Uma vez aprovado na Câmara o processo, embora o rito jurídico preveja uma votação pelos senadores, o governo Dilma terá acabado. Os placares de previsão de votação no Senado, aliás já apontavam ontem para folga de um voto pelo afastamento. Eram contabilizados 42, quando bastam 41.

Passando, portanto, o processo pela Câmara, a presidente não terá mais a menor condição de retomar o controle da situação. Restará renunciar, abreviando a própria agonia e a do país, ou esperar pelo afastamento de 180 dias e depois o definitivo.

Descrença da CDL

A postura de Alfredo Falcão, dirigente da CDL, no debate promovido pela Tribuna Feirense e Rotativo News acerca do centro da cidade, foi de descrença na capacidade do governo municipal em dar um jeito na situação.

Embora o secretário de Desenvolvimento Econômico, Antônio Carlos Borges, acredite que o shopping popular é a opção, relocando os camelôs que estão nas ruas do Centro, as próprias declarações dele reforçaram a descrença do dirigente classista.

No debate o secretário contou que a resistência de uns poucos donos de lojas de artesanato no Centro de Abastecimento tinha sido suficiente para fazer recuar a empresa que faria a sondagem do solo necessária aos estudos para a obra do shopping.

Agora não vai

Se o problema se arrasta há muitos anos, sob o mesmo governante; se a construção do shopping nem sequer começa, mesmo com a ordem de serviço assinada em outubro do ano passado, é muito difícil imaginar que em ano eleitoral o prefeito José Ronaldo se disponha a mexer no vespeiro.

Os comerciantes formais, por sua vez, nunca foram capazes de exercer pressão sobre a prefeitura, nem por iniciativa própria dos que mantêm lojas nos locais mais problemáticos, como a Sales Barbosa, nem por meio de suas entidades de classe. Terão, portanto, que engolir a insatisfação por mais algum tempo, sabe-se lá quanto, sem que alguma mudança efetiva ocorra.

No debate de fato ficou claro: nem pela força nem pelo diálogo a prefeitura está conseguindo avançar. Quem anda pela cidade verifica, aliás, o contrário. A cultura da desordem espalha-se pelos bairros.

Zero por metro quadrado

Segundo levantamento da secretaria de Desenvolvimento Econômico, mais da metade dos boxes na área do setor de artesanato do Centro de Abastecimento tem o custo de R$ 22 por metro quadrado. Melhor ainda para outro grupo composto por 38% do total, onerado em irrisórios R$ 8,91 por metro.

Só esta imensa diferença de preço seria suficiente para uma forte resistência dos permissionários em sair de onde estão para dar lugar ao shopping popular, que cobrará R$ 80 pelo metro quadrado.

Porém, como se não bastasse o valor, há outra vantagem comparativa. Como nem prefeitura nem Centro de Abastecimento são empresas, o lucro não é o objetivo e impera a inadimplência. Ou seja, é menos do que barato. É de graça.

No shopping popular haverá um dono cobrando. E quem não pagar perde o lugar em poucos meses.

Uber barrado também em Feira

Idealmente, numa relação de consumo, o consumidor deve estar acima de tudo. É por isso que sou a favor do Uber, apesar de entender as inconveniências relacionadas à clandestinidade do serviço, sobre a qual é preciso e possível achar soluções em acordo com as prefeituras de cada cidade.

O que não se pode admitir é que o cliente seja como hoje, refém do serviço de taxis. O preço é abusivo, os carros são velhos, há uma penca de motoristas mal-educados, não ligam o ar condicionado mas ligam o rádio em qualquer coisa que você não quer ouvir, sem se importar com sua opinião. E outras tantas inconveniências.

O Uber está sendo rechaçado por taxistas e pela prefeitura na capital. Em Feira, o secretário de Transprotes, Pedro Boaventura, já disse que está atento à possibilidade do serviço também chegar. A posição dele é a mesma do governo municipal em Salvador: o serviço é clandestino e não pode ser permitido.

Temer e o fim da corrupção

O mote da corrupção foi absolutamente indispensável para a derrocada do PT, prestes a perder o poder e retornar à oposição. Mesmo assim Michel Temer, beneficiário direto do impeachment, citado nominalmente por delatores na Lava Jato, esqueceu de mencionar a corrupção, no ensaio de seu pronunciamento, vazado via Whatsapp. Todo mundo reparou. Por isso, ao falar após o impeachment, ele dará, é claro, todo apoio à Lava Jato. Mas aumentou a desconfiança, que já havia, de que o novo governo tentará engavetar o combate à corrupção. Até porque tem entre seus principais articulares as figuras fichadas de Eduardo Cunha e Romero Jucá.

Mas tem o STF

Claro que nada do escrito acima tem validade se o STF acatar o pedido da defesa da presidente, que, alegando ilegalidades no processo e cerceamento da defesa, pede a suspensão da votação de domingo e o retorno a etapas anteriores, com anulação de elementos inseridos na denúncia a ser votada domingo.

Recebendo resposta favorável do STF o governo adiaria o processo e ganharia mais tempo para conseguir a adesão de deputados a uma causa que até ontem já era perdida no voto.

PSB já teve candidato

O leitor Carlos Lucena, ex-procurador do município, corrige informação publicada em edição anterior, na entrevista com Ângelo Almeida, que será candidato a prefeito pelo PSB. Ângelo não será o primeiro do partido. Na eleição de 1988, o jurista Roque Aras representou os socialistas, num pleito que teve oito candidatos.

Fonte de desperdício

Quantos jogos ocorrem por semana na Fonte Nova? Quando muito dois. Mas que fossem dez. Nem assim seria aceitável que o governo do estado gastasse ali mais de R$ 12 milhões por mês, pagando o contrato draconiano com a Fonte Nova Participações, consórcio da OAS com a Odebrecht.

Contrato firmado em tempos pré Lava Jato, mas que se inserem no mesmo caldeirão onde o PT jogou os ingredientes que fizeram o partido cair em quase total descrédito junto à população e em provável desgraça junto aos eleitores quando outubro chegar.

A despesa mensal com o estádio de futebol é inconcebível e inaceitável. Seria assim mesmo em São Paulo, estado mais rico da Federação. É muito mais na Bahia, onde o governo vive a se lamentar da falta de recursos para o essencial. Onde muita gente sequer tem uma fonte de água para beber.

ILEGAL MAS CONTINUA

Em sessão de quase oito horas de duração, contraditoriamente, o Tribunal de Contas do Estado decidiu por três votos a dois que o contrato é ilegal, mas negou-se a anulá-lo. O caso é discutido no TCE há seis anos. Começou antes da obra ficar pronta, para a fracassada Copa de 2014.

Houve conselheiro alegando que a anulação poderia gerar prejuízos ao estado, com as empreiteiras exigindo o ressarcimento de contrapartidas que executaram.

Também não aceitaram, os conselheiros, determinar a redução dos repasses mensais do estado. Limitaram-se a dar ao governo um prazo de 120 dias, para apresentar um estudo de readequação econômico-financeira.

E, na obra com custo estimado em R$ 2,3 bilhões, multaram três agentes públicos em R$ 10 mil cada um.

Cinto mais apertado

Esta semana mesmo o governador Rui Costa anunciou que pretende economizar pelo menos R$ 200 milhões unificando os contratos para contratação de prestadores de serviço terceirizados. "Dinheiro que nós queremos aplicar na Saúde e na Educação". Vá fundo, governador. Mas acabe com estas sociedades com empreiteiras, onde o estado só entra com o dinheiro.

Fundado em 10.04.1999
www.tribunafeirense.com.br / redacao@tribunafeirense.com.br
Fundadores: Valdomiro Silva - Batista Cruz - Denivaldo Santos - Gildarte Ramos

Editor - Glauco Wanderley
Diretor - César Oliveira
Editoração eletrônica - Maria da Piedade dos Santos

Rua Quintino Bocaiuva - 701 - Ponto Central - CEP 44075-002 - Feira de Santana - PABX (75)3225.7500/3021.6789

César Oliveira

Bodega do Leegoza

cesaroliveira@tribunafeirense.com.br

Não existe dia fácil

É evidente que um processo cujo rito foi organizado pelo STF não é golpe. Aliás, vários ministros atuais do STF e o ex, Eros Grau, já ratificaram o procedimento como constitucional. Ou teríamos, de forma sui generis, um golpe normatizado pela Corte Suprema e com amplo direito de defesa nas suas diversas etapas, como está acontecendo.

Cada um, por suas razões e interpretações, pode achar que ele é justo ou injusto, mas que o procedimento faz parte das normas de controle democrático do poder, nem sequer cabe mais discutir. O processo que aponta o possível crime de responsabilidade da presidente será discutido e, se acharem que culpa existe, ela será afastada; se não existe, ela permanecerá.

O discurso do golpe é um factóide para motivar a militância e tentar midiaticamente desqualificar o processo. Faz parte da luta para ganhar corações e mentes. Não mais que isso. Não custa lembrar, aliás, que o PT que agora reclama pediu o impeachment de FHC por quatro vezes. Dois pedidos por Milton Temer, um por Genoíno, depois condenado por corrupção, e um por Fantirim, todos deputados. Além dos pedidos por outros partidos. Resta, ainda, na memória, famoso artigo de Tarso Genro, em 1999, na Folha, pedindo o impedimento de FHC.

A verdade é que o crime de responsabilidade pelas pedaladas fiscais é o menor dos crimes. Não custa lembrar que no art. 85 da Carta, está previsto como crime de responsabilidade do presidente o atentado contra o livre exercício do Poder Legislativo. Tal atentado ocorreu flagrantemente na cooptação de parlamentares, por meio de vantagens políticas ou pagamento de mesadas como ficou claro no mensalão de Lula e no Petrolão de Dilma. Não é a toa que o decano Celso de Mello disse que o mensalão foi uma “tentativa de solapar a democracia”. E sabemos que esta se manteve neste governo.

Há, ainda, o julgamento de suas contas da campanha, irrigada por dinheiro ilegal (R$100 milhões, dos quais 20 por dentro e 80 por fora) conforme a delação premiada só da Andrade Gutierrez, já homologada pelo STF. Além disto, já se sinaliza claramente a tentativa de obstrução da Justiça com a nomeação de Lula para ministro. Crimes, portanto, não faltam.

Dilma já não governa o país. Foi transformada em fantoche, sem significância, pelo ex-presidente Lula que se tornou um Ministro de Quarto de Hotel, comandando o governo de forma paralela sob sua complacência, em criminoso leilão de cargos e verbas, pois não se pensa no funcionamento da máquina, mas apenas na garantia dos votos, em um processo ilegítimo e indecente. Aliás, se vencer, será uma vitória de Pirro, pois já não reúne as condições políticas para aprovar medidas ou dar garantias ao mercado.

A corrupção endêmica, a destruição da economia causada pela explosão dos gastos para garantir o segundo mandato que se converteu em um estelionato eleitoral, a recessão, inflação, desemprego, a falência ética do partido, são temas que não têm defesa no mundo prático. Por isso é mais conveniente investir no debate teórico do golpe, já que lhe falta a grandeza da renúncia.

Longe da maioria dos brasileiros, no entanto, acreditar que um governo que tem Cunha como segundo homem na linha sucessória e Renan, na terceira, seja a solução definitiva. É a opção do momento, o movimento possível, visto que a convocação de eleições, embora tentadora, está fora da Constituição.

O país precisa enfrentar seus fantasmas e medos. O Brasil precisa é não descansar no day after, não acreditar que vai amanhecer com a sensação do dever cumprido e problemas resolvidos.

Evidente que Cunha e, talvez, Renan, serão rifados pela lei, mas, caso o impedimento passe, não poderemos descansar, para não permitir que forças lideradas pelo habitualmente torpe PMDB e coligados - salvo as exceções -, não use sua chegada ao poder para impedir as ações da Lava-Jato ou para criar medidas que enfraqueçam as investigações atuais e futuras.

Diz um ditado popular que a luta só acaba quando termina. O impeachment não acaba a luta. Apenas finda uma batalha. Como disse o brilhante Churchill, na segunda guerra, após vencer uma batalha contra os alemães: isto não é o fim, não é nem mesmo o começo do fim, mas, é, talvez, o fim do começo.

O futuro é permanecer nas ruas.

Oposição

O país continua sem um líder. É um vazio em busca de um discurso. A dita oposição não consegue conquistar o apoio da população e, apesar de todo o desgaste do governo, seus líderes, sempre frouxos, eivados de suspeitas do mesmo comprometimento que está sendo denunciado do governo, não conseguem um discurso que represente uma alternativa de poder.

Precisamos rever urgentemente a formação de líderes ou continuaremos jogados nos braços de populistas, salvadores e aventureiros. É uma pena que as entidades estudantis encontrem-se cooptadas por vultosas verbas, ou comprometidas ideologicamente, impedindo a formação de uma geração que possa ocupar o lugar dos cansados, comprometidos, dirigentes atuais.

Lagoas e a tolerância municipal

Evidente que a Lagoa do Subaé é uma APP. Afinal a BR 324 a cortou ao meio, assim como a Avenida José Falcão cruzou, letalmente, as lagoas do outro lado da cidade.

Impressiona, no entanto, ao longo de todos estes anos, o pulso pouco firme do governo municipal no enfrentamento à ocupação destas áreas, seja por pessoas de baixa renda, seja por mega-empresários.

Se algo resta, ou se algo se salvou, é graças ao esforço da sociedade civil, que combate, pressiona, exige. Não fosse isto não restaria uma poça de água das nascentes da cidade.

Preservação de manancial hídrico não é uma luta ecológica xiita. É uma necessidade vital para o futuro. A impermeabilização do solo, a destruição do bioma, a redução da temperatura pela circulação do ar, são aspectos centrais, mas há, também, questões relacionadas a lazer, redução de obesidade, e, beleza.

O poder jamais deveria estar a reboque nestas questões e, sim, estar na dianteira, porque o contrário evidencia um brutal desprezo urbanístico.

Avaliação para professores

A compreensão de que os recursos econômicos serão cada vez mais escassos é evidente e, por isto mesmo, as verbas aplicadas na máquina pública devem ser otimizadas.

Neste contexto é cada vez mais necessário que professores passem por um processo permanente de avaliação. Não é possível um cargo vitalício que não tem análise de desempenho, exigência de atualização, em uma época de conhecimento mutável.

Quando implantamos o Curso de Medicina na Uefs, há 13 anos, criamos um processo em que o aluno avalia o professor. Do mesmo modo no Programa de Residência Médica do HGCA, que coordeno, isto se repete. Esta realidade precisa estender-se a toda Universidade e, também, ao ensino básico e médio.

A resistência sindical, que ao invés de buscar qualidade visa proteger os mais fracos, é perversa e covarde. Perversa porque prejudica os alunos e onera a sociedade; covarde porque prefere não enfrentar a realidade da formação profissional, escondendo-se atrás do corporativismo.

Isto precisa ser reavaliado. Avaliação é uma etapa fundamental para aperfeiçoar a educação qualificando os professores e dando-lhe meios e metas. Ou continuaremos com desempenhos medíocres em todos os índices internacionais.

Saúde

A crise continua. A entrada de um paciente de urgência na rede de saúde está se tornando um drama. O HGCA não recebe. As policlínicas não têm suporte para tal. Fica a cargo do destino.

@cesaroliveira10

@Presença de Tico Santa Cruz em vôo pode ter sido causa de ativação das máscaras de oxigênio a bordo!

@Ativismo do juiz não marcando pênalti contra o Atlético e prejudicando o Barcelona desagrada STF que exige envio da súmula da partida sob sigilo

@Impressionante como a prisão de Gim Argello reduz a quantidade de agrotóxico e odor fétido no ar.

@Toda maquiagem excessiva, até de contas, merece ser castigada!

@Resiliência é o kit sobrevivência deste século

@Com terceiro ministro impedido governo Dilma exige música no Fantástico

@Vazamento de discurso de Temer é tão acidental quanto gravidez depois de sexo sem camisinha.

@Brasil: um vazio a espera de um discurso

@ Sem Terra preso com R$55 mil diz que dinheiro é de amigos. Ele é apenas usufrutuário.

@Negue seu voto a deputado que faltar a sessão. Já que ele quer receber para não ir deixei-o fora para sempre.

Prefeitura "enxuga gelo" tentando arrumar o Centro

GLAUCO WANDERLEY

Há muitos anos os camelôs ocupam de forma descontrolada o centro da cidade de Feira de Santana, mas no momento a bagunça se generalizou de tal forma que até entre eles mesmos é fácil ouvir o discurso de que a situação passou dos limites e o descontrole afeta até a própria atividade.

No entanto, nenhuma das partes envolvidas se dispõe a agir. Comerciantes e entidades do setor dividem-se entre a ideia da convivência e a proposta de retirada, embutida na ideia de shopping popular, do governo municipal. Mas ao longo dos anos adotaram também a postura de não criar atritos e deixaram o governo municipal à vontade para não agir.

Este por sua vez aposta todas as fichas no shopping popular, apresentado em fevereiro de 2014 mas que ainda não saiu do papel e sofre grande rejeição dos ambulantes, porque nele haverá o pagamento de aluguel, que não existe na rua (se bem que o governo municipal fala que existe aluguel de barracas na Sales Barbosa, a rua que virou símbolo da ocupação irregular do Centro).

Além dos ambulantes torcerem o nariz, o shopping popular foi projetado para ocupar uma parte do Centro de Abastecimento. A maior parte da área a ser utilizada é onde estão hoje os boxes de venda de artesanato. Os comerciantes deste setor entraram com ações diversas na Justiça. Não obtiveram nenhuma vitória ainda, mas mantêm a esperança de barrar a obra, que o governo ensaiou começar (com ordem de serviço assinada em outubro do ano passado) mas não deu continuidade.

Durante uma semana a Tribuna Feirense e o programa Rotativo News, conduzido por Joilton Freitas na Rádio Sociedade, ouviram envolvidos no processo, culminando com um debate na terça-feira (12), com a participação do secretário Antônio Carlos Borges, de Desenvolvimento Econômico, do empresário Alfredo Falcão, que presidiu a Câmara de Dirigentes Lojistas por vários mandatos e ainda é um dirigente da entidade.

Busquei ainda um representante dos camelôs para representar a categoria. Contactei sete pessoas diferentes, mas por motivos diversos todos se declararam impedidos. No debate ao vivo não tiveram representante, mas pessoalmente ou por telefone conversei com vários deles e o repórter Tauiri Reis, que atua no Rotativo News, ouviu outros.

O programa teve ainda a participação da secretária de Ordem Pública de Salvador, Rosemma Maluff, que explicou a bem sucedida experiência de organização da avenida Sete de Setembro, no Centro, que começou há dois anos e continua em processamento. Estive na avenida Sete, onde também entrevistei gente do comércio formal e ambulantes. Nesta página, você confere os principais pontos levantados no debate:

FISCAIS ENXUGAM GELO

Antônio Carlos (Secretário)

"Chegamos 5, 6 horas da manhã para evitar que as pessoas se apossem daquela área. Nosso contingente começa a atuar, quatro, cinco pessoas. Mas quando eles vêm, vêm em bloco. Aí afronta essas quatro, cinco pessoas que estavam lá desde cedo. E o que é pior. Crianças e jovens, que deveriam estar na escola e estão na rua comercializando. E que ninguém tem autoridade pra tomar uma decisão. Nem o pai eles respeitam, quanto mais um fiscal da prefeitura. A gente se defronta todo dia e temos que ter paciência e tranquilidade, porque nosso objetivo não é chegar a ferro e fogo. Porque hoje é um dia. Amanhã quando o sol nasce o problema volta. Não adianta usar mão de ferro hoje e amanhã volta tudo pro zero. No outro dia acontece tudo de novo e a gente está tentando enxugar gelo. É preciso uma ação continuada, de cidadania mesmo."

AMBULANTES ARMADOS

Antônio Carlos (Secretário)

"Buscamos criar um espaço diferenciado, a feira verde, na Bernardino Bahia, para 90 feirantes. Com diálogo, apresentamos e eles aceitaram. Mas hoje ninguém quer ficar lá dentro. A gente coloca as pessoas para fiscalizarem e são agredidas. Tem pessoas vendendo uva, com facão. Trabalhando com tangerina e portando faca. É uma arma branca, no centro da cidade. Quando essas pessoas vão pra outras cidades, tipo Alagoinhas, Santo Antônio de Jesus, não conseguem nem deixam entrar. Em Feira de Santana, quando a gente vai fazer ação, não pode. Como se tivessem direito adquirido. Pela permissividade do poder público, esses anos todos, criou uma cultura diferenciada nessa cidade."

Alfredo Falcão (CDL)

"O que a gente pode deduzir do que Antonio Carlos falou é que a prefeitura perdeu totalmente o controle do espaço público. Está se sentindo frágil, para enfrentar essa desordem. Não posso entender como o poder público, com autoridade na mão, possa permitir isso. Tenho dificuldade imensa de entender porque a prefeitura não exerce seu poder de polícia para controlar o uso do espaço público. Do jeito que vai, nessa frouxidão, vai ficar um caos maior do que já está."

SITUAÇÃO INSUPORTÁVEL

Alfredo Falcão (CDL)

"Na situação atual a grande vítima está sendo o lojista. Não dá mais. Se chegou ao limite de tolerância, de paciência que os lojistas poderiam ter. Estão na iminência de fechar as empresas, porque o caos é generalizado. Urge uma providência. Não pode continuar como está e a responsabilidade é única e exclusivamente da prefeitura, porque é permissionária do uso do espaço público. E ela foi omissa durante muitos anos."

SONDAGEM FOI BARRADA

Antônio Carlos (Secretário)

"Buscamos fazer sondagens do terreno na área do Centro de Abastecimento (onde será construído o shopping popular). Eram 16 pontos de sondagem. Foram feitos 10, faltaram 6. No momento em que estávamos adentrando a área houve uma rejeição de um grupo contra a instalação do shopping naquela área, dizendo que havia ações na justiça e que não poderia fazer antes que a justiça desse parecer final.

Conversei com o advogado deles e disse que se a questão é jurídica, chamo a procuradoria, a gente senta e toma uma decisão. O que a gente não quer é tomar uma decisão que vai contrariar A, B, ou C, em função de uma coisa que está sendo gerida de forma conciliatória.

Quando fomos analisar quem são as pessoas que estão indo de encontro ao processo, vimos que são pessoas que não têm o alvará na prefeitura e nem são licenciadas, comprou de terceiros e se utilizou do espaço como se fosse concedido pelo município. No momento agora, com essa cultura do ódio, ficou uma coisa difícil de administrar.

Podíamos fazer sábado, domingo. Mas a gente não quer fazer nada forçado. Quer fazer com diálogo. Agora quatro ou cinco pessoas estão liderando o processo em detrimento de muitas que não querem se meter."

Alfredo Falcão (CDL)

"É estarrecedor que a prefeitura demonstre tamanha fraqueza, que quatro pessoas possam impedi-la, dentro de um espaço público, de fazer um procedimento. Sei das tentativas de diálogo e também participei. Mas tem uma hora em que o poder tem que ser poder. Se é para o bem geral e meia dúzia não quer, tem que ser impositiva. O shopping popular anunciado ao invés de melhorar o Centro da cidade, piorou. Porque houve uma frouxidão da prefeitura, que permitiu que o número de camelôs aumentasse."

DIÁLOGO COM CAMELÔS

Antônio Carlos (secretário)

"Fizemos três audiências públicas, uma com feirantes, outra com ambulantes, outra com comerciantes e dentro desta esfera de alternativas saíram várias propostas. Uma foi o Feira Tênis Clube. Outra foi o INSS. Outra foi o próprio Centro de Abastecimento. Destes diálogos a gente começou a analisar como viabilizar. Assinamos 21 termos de adesão ao projeto. Todas as instituições da cidade de fomento ao camelô ou ao lojista assinaram, além da Associação de Deficientes, da Câmara de Vereadores, onde tivemos três sessões. Com o pessoal do artesanato [do Centro de Abastecimento] tivemos cinco reuniões. Duas com o prefeito e três conosco da secretaria. Só que um grupo ia, entendia e outro dizia que não iria participar. O diálogo é de mão dupla. Não é só a gente buscar. Todos participaram: Associação Comercial, CDL, sindicato dos camelôs, o Sindicame, a Associação dos ambulantes. Participaram e com direito a falar, ajustar, reclamar, sugerir."

CULPA DOS ÓRGÃOS DE CLASSE

Alfredo Falcão (CDL)

"Os órgãos de classe têm culpa, por não terem reagido de forma mais dura. Procuraram sempre através do diálogo tentar resolver e não se conseguiu. Na situação em que se encontra é preciso envolver a promotoria pública, para que bote as coisas nos devidos lugares. Os órgãos de classe, a CDL, a Associação Comercial, o Sindicato do Comércio, temos culpa de não ter reagido de forma mais vigorosa a esta situação do Centro."

ALUGUEL NO SHOPPING POPULAR

Antônio Carlos (Secretário)

"O valor real é R$ 80 o metro quadrado. Se você tem uma barraca de 1,5 metro na rua, terá direito a pagar R$ 120 por um metro e meio. Mas tem algumas pessoas que estão optando por uma lojinha, uma estrutura melhor, que é de 2 metros por 2 e meio. Esse valor fica por R$ 400.

Fizemos cadastramento, tiramos fotos das barracas, sabemos quem é quem em cada lugar. Tem barracas que estão sendo alugadas por R$ 100 por semana, no final da Sales Barbosa. Não estamos fazendo nada fora do custo que já está aí. Tem um shopping sendo aberto, privado, que custa R$ 70 mil a entrada, e se paga por quatro metros R$ 580 por mês."

CABE TUDO NO CENTRO DE ABASTECIMENTO

Antônio Carlos (Secretário)

"O Centro de Abastecimento tem área ociosa. Tem um galpão vazio, sem ninguém, há anos, porque a maioria das pessoas está na rua. Na hora que começarmos a viabilizar essa construção, e montando estrutura melhor, ali é que é o grande centro da cidade. Não adianta inventar alternativa. Já temos o lugar. O que falta é trazer as pessoas e mostrar que é o local onde vai convergir todo mundo. A alternativa é fazer dali o entreposto comercial. O Ceasa, o atacado, não vejo porque estar mais ali. Não vai se permitir no futuro entrar carretas e carretas. Aquele centro comercial vai ser de varejo, onde todo mundo vai poder ter a condição de chegar e comprar o produto que quiser, com o ambulante, com o pequeno comerciante, com o açougue, o cerealista, o verdureiro, a agricultura familiar.

No shopping popular buscamos investidores e conseguimos, nesse momento crítico que passa o país. Tem várias coisas que vão se amarrando dentro do projeto, BRT, Zona Azul. É um projeto macro, não específico para ambulantes. A região tem vastas áreas para criar ambientes de negócios, atrás do transbordo, da antiga Jomafa, do SAC. Um novo centro."

Alfredo Falcão (CDL)

"Os projetos deram entrada em fevereiro na prefeitura. Estamos em abril e não foram aprovados. Sei da complexidade de análise, mas deveria ter prioridade absoluta, diante do tempo que já se espera por esse equipamento. Já fui muito crente de que este shopping popular sairia. Hoje não sou descrente, mas tenho muitas dúvidas se vai sair."

Em Salvador acabou o tumulto de ambulantes na avenida Sete

GLAUCO WANDERLEY

A imagem desta página dá uma dimensão do que foi feito na avenida Sete de Setembro, em Salvador, num dos lugares historicamente mais bagunçados pela presença de um comércio desordenado. Agora não há nenhum camelô à vista, apesar de todo o espaço existente na praça do Relógio de São Pedro.

Eles estão ali, bem próximos, inclusive em duas ruas vizinhas que vão dar na praça. Mas contidos dentro da área demarcada em comum acordo com a prefeitura. Desde o final do ano passado vem funcionando desta forma, mas há um trabalho permanente de vigilância e manutenção.

A secretária de Ordem Pública da capital, Rosemma Maluff, explicou em entrevista à Tribuna Feirense que o processo envolveu muitas obras na região (drenagem, novo calçamento, reforma das praças) e foi todo negociado com as pessoas que trabalhavam na área. "Montamos um comitê gestor para o ordenamento, convidamos os ambulantes para fazer parte do processo. Nenhuma decisão veio de cima pra baixo", registra a secretária. Mesmo assim foi um processo que durou dois anos.

Glauco Wanderley

Inúmeras reuniões ocorreram, onde a prefeitura ouviu e acatou sugestões diversas, mas sem demagogia. "Eu sempre coloquei que não existia o bom pra todo mundo. Ambas as partes iam ter que ceder. Tanto a prefeitura quanto eles", explicou. Uma das sugestões acatadas foi o fechamento da Rua da Força para a passagem de veículos, criando-se mais um local para abrigar camelôs.

Que a propósito estão literalmente abrigados, já que no projeto da prefeitura foram incluídas uma cobertura e iluminação, de modo que as mercadorias não se molham caso chova e há claridade mesmo quando as condições naturais não favorecem.

Não virou um mar de rosas. A secretária reconhece que a manutenção dá mais trabalho que a arrumação. É possível ver que alguns resistem e caminhando pela avenida nota-se uma banca aqui outra ali ou alguém que estende as mercadorias num pano, para correr caso aviste o "rapa".

Rapa, aliás, é um nome que Rosemma quer extinguir. Ela defende uma relação mais amigável possível com os camelôs e chama o pessoal da secretaria de agentes de fiscalização, garantindo que são profissionais concursados e qualificados, que incluem advogados e enfermeiras, que procuram manter o diálogo com quem trabalha nas ruas. Rosemma diz que participa diretamente de um grupo de Whatsapp com os camelôs, que enviam solicitações a ela sobre qualquer situação que enfrentem, como por exemplo uma lâmpada queimada na cobertura das barracas. Quanto aos que ainda insistem em vender onde não pode, ela afirma que agora a determinação é apreender a mercadoria.

Afinal, é preciso suar a camisa para manter organizado um espaço em que ambulantes se instalavam no meio fio de carro, abrindo o fundo para transformar em loja móvel, e onde também os próprios lojistas botavam uma banca na porta da própria loja, para competir com o camelô, tirando todo o espaço do pedestre, que era obrigado a competir com os veículos na rua pelo asfalto.

Com a mudança, quem ficou feliz foi Renato Araújo, que cria as vitrines de uma loja de confecção. "Se a pessoa era obrigada a andar na rua, ela nem via a vitrine. E se visse não entrava, porque tinha que atravessar a calçada. Agora passou a entrar muito mais gente", diz satisfeito. Mesma opinião da vendedora Irani Cruz, de uma loja de calçados bem em frente à praça do Relógio, que teve a frente liberada após a arrumação. "Os camelôs na frente impediam da pessoa passar", lembra.

Outro aspecto a ser festejado é a melhoria da segurança. "Os ladrões se aproveitavam do tumulto para roubar, correr e sumir rápido no meio da multidão", comenta a gerente de loja Célia Almeida.

Entre os ambulantes o entusiasmo não é o mesmo. Notam-se alguns espaços desocupados. "O ponto não é bom, porque passa pouca gente. Fica porque sou forçada", admitiu Margarida, alojada em uma transversal. "Quem era da avenida Sete não ficou aqui. Foi atrás de outro lugar pela cidade", entrega a ambulante Terezinha, que conseguiu permanecer no mesmo ponto de sempre, noutra transversal e até comemorava a nova estrutura, agora coberta.

A satisfação é partilhada pelo feirense de Ipuaçu, Joaquim Santos, que há mais de 30 anos comercializa na rua em Salvador. "ACM Neto é o melhor prefeito do Brasil. Ninguém nunca fez o que ele fez aqui", exaltou.

Mas o colega Antonivaldo da Paixão, mesmo em um ponto mais movimentado que o dele, confessa uma certa saudade do estado anterior à organização. "Camelô vende mesmo é quando tá se batendo com o povo", onde tem mais movimento", argumentou, invejando o lado oposto ao da sua banca, onde os colegas se saem melhor porque passa mais gente. "Eu queria o lado de lá", suspirou.

Preço é o grande medo do shopping popular

Todos os ambulantes ouvidos pela reportagem da Tribuna Feirense e do Rotativo News se mostraram reticentes quanto ao valor do aluguel a ser pago no shopping popular.

Eles já estão cientes do preço de R$ 80 por metro quadrado, divulgado pela prefeitura. Mas ainda acham caro, apesar do secretário municipal Antônio Carlos Borges dizer que é compatível com valores que muitas já pagam na própria Sales Barbosa.

Na Sales Barbosa, o ambulante Jonathan é taxativo. "Não topo o shopping popular. A gente quer organizar, quer mudança, mas não tem condições de pagar o preço que estão querendo", prevendo um preço de R$ 600 pelo espaço equivalente ao que tem na rua.

O colega Dionísio diz que iria para o shopping se tivesse um preço bom, mas duvida ter condições de pagar, alegando que na Sales Barbosa, "passa o dia todo pra vender uma peça".

Para uma senhora que comercializa artesanato na Marechal Deodoro e pediu para não se identificar, o preço proposto está muito alto. "Somos a favor do shopping popular desde quando não tenha o custo que eles pretendem cobrar da gente. Porque a gente tá beneficiando a prefeitura de Feira e os comerciantes e comerciários, então teria que ser de graça ou então no preço acessível que desse pra gente pagar. Hoje a gente não paga nada", assinala.

Lojistas sonham com a limpeza da Sales Barbosa

Ubirajara Souza é um veterano entre os lojistas da Sales Barbosa e ao longo de muitos anos de trabalho em sua loja, viu os clientes sumirem. "Camelizou" um pouco os produtos, por questão de sobrevivência.

"Gosto de trabalhar com produtos médios, mas a gente perde muito cliente, porque o cliente de certo meio não vem à Sales Barbosa, porque não tem segurança, não tem como circular. Então ficamos só praticamente com o comércio mais popular", explica.

Ele reclama dos camelôs mas também da desunião da própria categoria, que poderia fechar as portas em protestos, e parar de pagar impostos, para ver se as autoridades de qualquer esfera tomavam uma providência. "Se o comerciante fosse todo unido isso não estava assim não", assegura.

Hélio Santana Júnior, com loja na mesma rua, defende a retirada das barracas, a fim de dar mais segurança e condição do consumidor se movimentar pela rua e enxergar as lojas. "Na situação que se encontra, se torna inviável", acredita.

Outro empresário do calçadão em que a calçada sumiu, João Neto acha desnecessário retirar os camelôs e é pela organização, que define como "colocar padrão e limite".

Ele pensa ser impossível a esta altura retirar os concorrentes que trabalham na rua. "É uma sobrevivência deles, sustentam a família por esse trabalho. Não pode tirar para deixar em casa, porque aí é menos um a dar o apoio a sua família, alimentação para esposa e filhos", contemporiza.

O comerciante Roberto Carlos, que frequentemente se manifesta em entrevistas contra o estado das ruas do Centro, especialmente da Sales Barbosa, não vê com bons olhos a presença dos ambulantes, até porque a relação não é fácil. Ele acha que os "invasores" têm mais controle da rua. Atualmente está cavando um poço no fundo da loja, porque foi pedir para escavar na rua e a "autorização" foi negada. Para ele, o prejuízo trazido pela informalidade é grande. "Feira tem um comércio muito forte. Aqui não estamos sentindo essa crise que se fala. Se não fossem os ambulantes, a gente estava tendo crescimento", aposta.

Mesmo no domingo ruas lotadas de barracas

A Tribuna Feirense circulou em um domingo pelas ruas do Centro de Feira de Santana. Com o comércio fechado e o cenário livre das mercadorias expostas e do vai e vem da multidão, revela-se plenamente a favelização, a feiúra, a falta de higiene e o abuso contra os padrões mínimos de civilidade. No site da Tribuna Feirense, você poderá ver outras imagens, que não couberam nesta página impressa.

Fotos: Glauco Wanderley

Barracas com plástico, papelão e ferro compõem a paisagem permanente da Marechal

Barracas estão presas ao chão com concreto

Mesmo sem pedestres, a mobilidade é escassa (foto tirada do alto da escada na rua Recife)

Na Sales Barbosa o conceito de ambulante ficou ultrapassado, com as barracas permanentes

Pedaços das estruturas de barracas em árvore. Não dá pra saber se é lixo ou está em uso

Sem as grades é provável que a lateral do MAP ganhasse também uma parede de barracas

Um resto de Feira sempre resiste à passagem dos garis, para apodrecer no chão

Um paredão de barracas encobre a fachada de uma grande loja na Marechal

COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA - BAHIAGÁS
CNPJ: 34.432.153/0001-20
Av. Tancredo Neves, 450, Ed. Suarez Trade, 20º andar - Caminho das Árvores.
CEP: 41.820-901 - Salvador-Bahia - Tel: 71 3206-6000 - Fax: 71 3206-6001
CAMAÇARI
Alameda Planície, 279 - Polo Industrial de Camaçari - CEP: 42.800-000
Camaçari - Bahia - Tel: 71 3632-1139/3402
ITABUNA
Rodovia BR-415, s/n, Centro Industrial de Itabuna - CEP: 45.604.811 - Tel: 71 2102-3133

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

MENSAGEM DA DIRETORIA

A Companhia de Gás da Bahia – Bahiagás tem se consolidado, a cada ano, como um dos principais vetores do desenvolvimento econômico e social do estado da Bahia. O compromisso da Companhia, representado pela escalada dos investimentos na massificação e interiorização do gás natural, tem garantido a cadência da expansão do consumo do energético e o reconhecimento da sua importância pela sociedade baiana em geral.

O resultado desse esforço, de harmonizar o desenvolvimento por todo o conjunto de regiões do estado, já ultrapassa as fronteiras baianas. Nesse ano de 2015, dentre as muitas conquistas da Companhia, se destaca o reconhecimento obtido através do Prêmio Gestão CDL 2014, realizado pela Petrobras, que elegeu a Bahiagás como a concessionária do setor de gás natural, com participação acionária da Gaspetro, com o melhor desempenho em todo o país. A Companhia foi vencedora também nas categorias Custeio, Investimentos e Gestão da Medição de Gás Natural.

Ou seja, além de receber o prêmio de Destaque Global, que representa a maior pontuação na soma de todas as categorias da premiação, a Bahiagás foi vitoriosa em setores específicos da sua atuação. Isso prova a cadência entre as áreas da Companhia e também o empenho e a maturidade dos colaboradores. Afinal, a gestão harmoniosa de uma boa sinfonia depende da participação e manutenção de todos em um mesmo compasso, em um só ritmo.

A Bahiagás mantém a afinação entre a sua missão e as suas diretrizes estratégicas, contribuindo com o desenvolvimento do estado. Nesse sentido, a Companhia tem planejado com esmero as suas intervenções e executado com compromisso e dedicação o seu planejamento. O resultado desse trabalho tem se apresentado em forma de crescimento para a Companhia. Com o aumento exponencial da sua base de clientes.

Em 2015, foram investidos R$ 53 milhões, possibilitando a ampliação da rede de gasodutos da Companhia em 45 km e o atendimento a mais de 7 mil novos clientes. Já são 816 km de gasodutos, em 21 municípios do estado, atendendo a 39 mil clientes, comercializando um volume diário médio de 3,8 milhões de metros cúbicos. O segmento industrial é responsável por 87% deste consumo. A participação do gás natural na matriz energética deste setor no estado é de 30,3%. Percentual que coloca a Bahia em primeiro lugar no país, em participação do gás natural na matriz energética industrial[1].

Uma composição com 21 anos de trabalho e dedicação. Os arranjos e acordes da Bahiagás têm contribuído com o desenvolvimento do estado e com a melhoria da qualidade de vida de muitos baianos. A conclusão do Gasoduto Itabuna-Ilhéus; a expansão da rede urbana de Feira de Santana; o início do projeto do Gasoduto Sudoeste, que será o segundo maior gasoduto de distribuição do país, com cerca de 300 km de extensão; e o adensamento das redes de distribuição em Salvador são a garantia da participação de toda a Bahia neste concerto.

Contando com a dedicação e o empenho dos seus colaboradores, vai colocando novas notas em sua partitura e criando acordes que trarão benefícios para todos. Sem perder o ritmo, a Companhia vai continuar levando muito mais energia para toda a Bahia. A Bahiagás é um patrimônio do povo baiano.

[1] Balanço Energético da Bahia – 2014, SEINFRA/BA.

INVESTIMENTOS REALIZADOS

A Bahiagás, em 2015, investiu R$ 53 milhões, atingindo 91% dos valores previstos para o período, ampliando a malha da Companhia em 45 km e ligando 7.450 novos clientes.

No interior, o principal marco dos investimentos da Companhia foi a conclusão da Rede de Distribuição Itabuna-Ilhéus, cuja extensão é de 37 km. O novo gasoduto já atende o Polo Industrial de Ilhéus, e atenderá, em breve, o futuro complexo do Porto Sul e a Zona de Processamento de Exportação (ZPE), assim como postos automotivos e, futuramente, empreendimentos comerciais e residenciais situados na região.

Em Salvador, as principais obras em 2015, foram as implantações das redes de distribuição do Adensamento Rio Vermelho e Orlando Gomes, e a chegada da rede no Campo Grande e na Barra, em sintonia com as obras da Prefeitura e do Governo do Estado. Na Região Metropolitana de Salvador destaca-se o atendimento ao novo Shopping Boulevard Camaçari.

No município de Feira de Santana, o principal marco dos investimentos em 2015, foi a mobilização das obras da Rede de Distribuição - Feira de Santana, com extensão total prevista de 14 km, para atendimento aos segmentos residencial e comercial na região.

A figura 1, ilustrada, apresenta a evolução dos investimentos e expansão da rede de gasodutos da Bahiagás no período 2008-2015.

Investimentos em Rede x Expansão da Rede

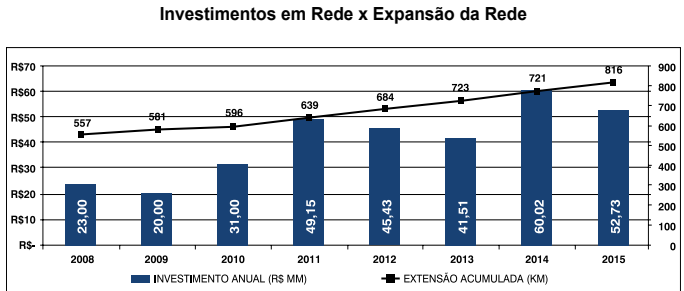



Figura 1: Evolução dos investimentos e expansão da rede de gasodutos 2008-2015

PERSPECTIVAS 2016-2020

A Bahiagás prevê no seu Plano Plurianual de Negócios 2016-2020, um novo patamar de investimentos para a Companhia. São aproximadamente R$ 774 milhões que serão destinados ao crescimento da infraestrutura, atendimento a novos clientes, comercialização em novos municípios, via modal GNC, projetos de melhorias, bem como modernização e ampliação das suas instalações.

Neste período, serão implantados novos 616 km de rede de distribuição, com perspectiva para ligação de 48 mil novos clientes em todo o Estado. Desta forma, a Bahiagás espera atingir, em 2020, a marca de 82 mil usuários ligados a sua rede e 1.432 km de rede construída.

Entre os principais pontos que ritmaram a elaboração do Plano de Investimentos 2016-2020, destacam-se: a massificação e interiorização do uso do gás natural, sincronizando o plano aos macroprojetos do Governo do Estado; os estudos para a implantação de redes urbanas em novos municípios; e o atendimento a novas áreas industriais. Isto garante o atendimento da demanda por gás natural com segurança, qualidade e confiabilidade.

O principal projeto previsto para o período é a implantação da Rede de Distribuição de Gás Natural do Sudoeste, com investimentos estimados em R$ 505 milhões e extensão em torno de 300 km. O gasoduto interligará as cidades de Ipiaú e Brumado, passando por 13 municípios da região. Será o maior duto de distribuição do Nordeste e o segundo maior do Brasil.

Outro projeto, também relevante neste período, é a construção da rede de distribuição 'Loop Catu Alagoinhas', com 21 km de extensão e investimentos em torno de R$ 22 milhões. O projeto de suprimento ao segmento industrial tem como destaque o aumento da capacidade de fornecimento às grandes cervejarias instaladas no município. A fonte energética também será disponibilizada para o atendimento aos setores automotivo, comercial e residencial na região.

Investimentos 2016

A proposta orçamentária da Bahiagás para o ano de 2016 prevê investimentos de R$ 64,5 milhões, interligação de 7.082 novos clientes e construção de 63 km de rede. Serão R$ 40 milhões no Território de Identidade Metropolitano de Salvador, R$ 8 milhões no Centro Sul Baiano (Sudoeste), R$ 9 milhões no Litoral Norte e Agreste Baiano (Alagoinhas), R$ 5 milhões no Portal do Sertão (Feira de Santana), R$ 2 milhões no Litoral Sul (Itabuna e Ilhéus) e 0,5 milhão na Costa do Descobrimento (Eunápolis e Porto Seguro), conforme ilustra a figura 2.

Distribuição dos Investimentos

Figura 2: Distribuição de investimentos 2016 por Territórios de Identidade

Os projetos de expansão em Salvador serão responsáveis por 30% dos investimentos previstos no referido ano, totalizando R$ 20 milhões.

A conclusão do projeto básico da Rede de Distribuição de Gás Natural do Sudoeste Baiano é um dos principais desafios do Plano de Investimentos 2016. Assim como o início das obras do 'Gasoduto Loop Catu Alagoinhas', com previsão de realização para este ano de R$ 5 milhões, e extensão de 4,5 km. As intervenções que serão realizadas no município de Porto Seguro, também se enquadram nesta partitura de ações estratégicas do processo de interiorização, massificação e diversificação do uso do gás natural. Ressalta-se que as obras do Plano de Investimentos serão realizadas em consonância com os projetos das prefeituras e do Governo do Estado, para requalificação, revitalização e pavimentação das vias. A intenção da Bahiagás é harmonizar seu planejamento, minimizando os impactos sobre a sociedade e reduzindo custos na execução das obras. A figura 3 ilustra a perspectiva de evolução da Bahiagás no período 2016-2020.

Investimento e Extensão Anuais 2016-2020

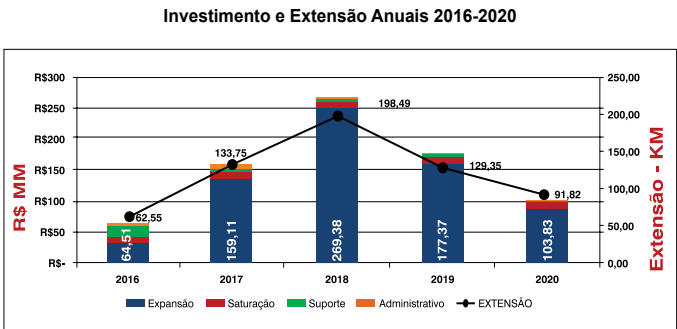



Figura 3: Perspectiva de evolução da Bahiagás 2016-2020

DESEMPENHO OPERACIONAL E PREVISÃO PARA 2016

O gás natural, em virtude das suas vantagens competitivas, da robustez das reservas do estado e de ser uma fonte energética ecologicamente mais aceita, se configura como um importante vetor de desenvolvimento para a Bahia. A Bahiagás, como distribuidora do energético, vem investindo de forma aguda para levar este progresso para todo o conjunto de regiões do estado.

Para isso, tem norteado as suas ações, os seus investimentos e as suas diretrizes estratégicas de interiorização, buscando expandir a sua cobertura no território estadual; de massificação, proporcionando o adensamento da sua rede de distribuição; e de diversificação, promovendo tecnologias que possibilitem novos usos do energético.

Crescimento de Clientes

Em 2015, a média de venda da Bahiagás foi de 3,8 milhões de m³/dia, sendo 87% para o segmento industrial, 5% para o Gás Natural Veicular (GNV), 1% residencial e comercial e 7% para o termelétrico. A Companhia encerrou 2015 com mais de 68 mil clientes contratados, distribuídos por 21 municípios. Destes, 39 mil já estão ligados à rede e consumindo o gás natural.

Em 2016, a Companhia pretende crescer ainda mais. A previsão é que sejam interligados mais de 7 mil novos clientes, com volume de vendas médio anual de 3,6 milhões de m³/dia. Para isso, a Bahiagás tem direcionado esforços na captação/ligação de clientes, conectando novas unidades consumidoras, com destaque, principalmente, aos segmentos varejistas comercial e residencial.

Evolução do número de Clientes Ligados

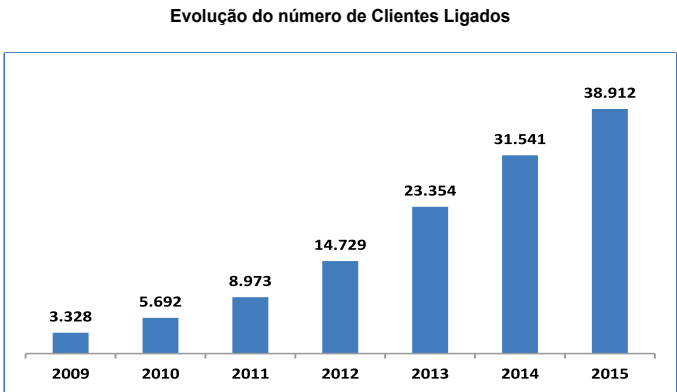



Figura 4: Evolução do número de clientes ligados 2009-2015

Desempenho por segmento:

Industrial - Em 2015, a Bahiagás iniciou o fornecimento de gás natural para seis novas indústrias localizadas nos municípios de Camaçari, Simões Filho, Ilhéus e Candeias. São empresas que atuam nos ramos químico e petroquímico e de alimentos e, juntas, consomem um volume médio de mais de 55 mil m³/dia de gás natural. O consumo do segmento industrial está concentrado principalmente no Polo Industrial de Camaçari, mas também se expande para o Centro Industrial de Aratu, Feira de Santana, Alagoinhas, Eunápolis, Mucuri, Itabuna e Ilhéus.

Veicular (GNV) - Em 2015, o segmento veicular foi responsável por cerca de 5% das vendas da Bahiagás, com média de 189,7 mil m³/dia, encerrando o ano com 62 postos de combustíveis fornecendo o energético para o consumidor final.

Residencial - As vendas do segmento residencial cresceram cerca de 30%, em relação a 2014, totalizando mais de 38 mil unidades residenciais ligadas. A expansão da rede ocorreu principalmente para o bairro do Caminho das Árvores, em Salvador, além da cidade de Lauro de Freitas.

Comercial - Em 2015, as vendas do segmento comercial chegaram a 38 mil m³/dia, com um aumento de 12% no número de clientes interligados.

Geração, Cogeração e Climatização - Em 2015, a Bahiagás iniciou o fornecimento de gás natural para geração de energia em três importantes clientes. Três outros foram captados para a instalação de kits bicombustíveis em motogeradores para geração de ponta e implantação de projeto de climatização com uso do gás natural, com previsão de início de operação para 2016. A Companhia firmou também um protocolo de intenções com o Senai/Cimatec para o desenvolvimento de inovação tecnológica para projetos de geração de energia com o gás natural.

Termelétrico - A Bahiagás tem como cliente neste setor a Usina Termelétrica da Chesf, instalada no Polo Industrial de Camaçari, fornecendo, em 2015, uma média de 255 mil m³/dia de gás natural.

SUPRIMENTO

A Bahiagás assegura a tranquilidade do fornecimento de gás natural a seus clientes, a partir de contratos firmados com a Petrobras e que garantem o atendimento de todo o mercado baiano. Em 2015, os contratos de compra e venda de gás natural, firmados entre a Bahiagás e Petrobras, tiveram sua vigência prorrogada. O produto fornecido é oriundo dos campos do Recôncavo e Manati, além de volumes recebidos através do Gasoduto de Integração Sudeste-Nordeste (Gasene) e do Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito, na Baía de Todos os Santos. A Bahiagás mantém, ainda, contrato com o Consórcio Morro do Barro, produtor independente, para aquisição de gás natural originário de campo maduro na Ilha de Itaparica.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

As demonstrações financeiras de 2015 da Bahiagás revelam os resultados positivos alcançados pela Companhia. Os números consolidam a sua posição de destaque como uma das mais sólidas distribuidoras de gás natural do Brasil, o que pode ser conferido através da evolução positiva e vigorosa dos seus principais indicadores econômicos e financeiros.

Receita Bruta Operacional

A receita operacional bruta de vendas no exercício de 2015, alcançou a marca de R$ 1,8 bilhão, apresentando uma evolução de 8,23% em relação a 2014 (R$ 1,66 bilhão).

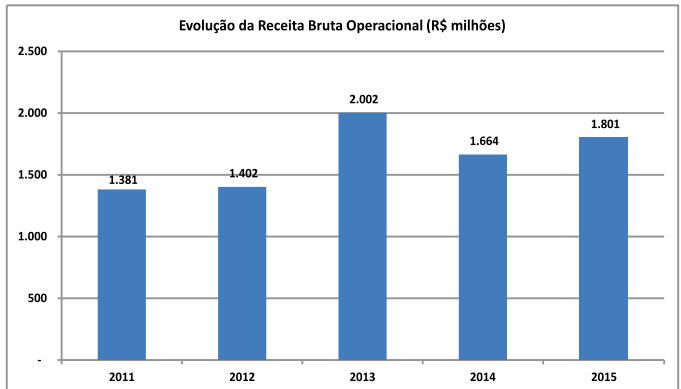



Figura 5: Evolução da receita bruta operacional 2011-2015

Lucro Líquido do Exercício

A Bahiagás registrou em 2015, o lucro líquido de R$ 119,6 milhões (R$ 134,2 milhões em 2014), sendo que R$ 24,3 milhões, decorrentes do benefício fiscal SUDENE, o que elevou a sua capacidade de investimento.

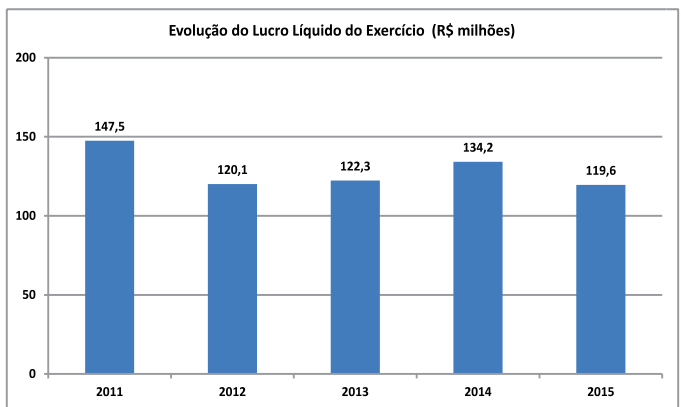



Figura 6: Evolução do lucro líquido do exercício 2011-2015

EBITDA

O EBTIDA em 2015 (lucro antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização), atingiu R$ 159,9 milhões (R$ 168,5 milhões em 2014).

Figura 7: Evolução do EBITDA 2011-2015

CONTINUA >>>

COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA - BAHIAGÁS

CNPJ: 34.432.153/0001-20
Av. Tancredo Neves, 450, Ed. Suarez Trade, 20º andar - Caminho das Árvores. CEP: 41.820-901 - Salvador-Bahia - Tel: 71 3206-6000 - Fax: 71 3206-6001
CAMAÇARI
Alameda Planície, 279 - Polo Industrial de Camaçari - CEP: 42.800-000 Camaçari - Bahia - Tel: 71 3632-1139/3402
ITABUNA
Rodovia BR-415, s/n, Centro Industrial de Itabuna - CEP: 45.604.811 - Tel: 71 2102-3133

www.bahiagas.com.br | SAC 0800 071 9111

>>>CONTINUAÇÃO

Caixa e Equivalentes de Caixa
Mantendo posição sólida de caixa, a Bahiagás encerrou o exercício de 2015 com o montante de R$ 197,3 milhões (R$ 107,6 milhões em 2014). A geração de caixa, aliada à aplicação da disponibilidade em instrumentos de renda fixa com elevada liquidez, asseguram os recursos necessários aos investimentos na expansão da rede de gasodutos da Companhia para os próximos anos, bem como o pagamento integral de dividendos.

Figura 8: Evolução do caixa e equivalentes de caixa 2011-2015

Auditoria e Controles Internos
Buscando sempre aperfeiçoar seus controles internos, a Bahiagás vem implementando novos sistemas e disponibilizando mais informações a respeito de suas operações. A Companhia prima pela transparência de suas ações, estando submetida a auditoria independente para a avaliação patrimonial e de resultados, controles internos e práticas contábeis. A Bahiagás tem também sua gestão acompanhada pelos acionistas, além dos exames realizados pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).

RESPONSABILIDADE SOCIAL

O desenvolvimento da Bahia, nas dimensões econômica, social e cultural, é uma das razões da existência da Bahiagás e um dos compromissos da Companhia com a população do estado. Neste sentido, a Bahiagás tem aumentado, ano a ano, os seus investimentos no incentivo a iniciativas que possibilitem a ampliação das oportunidades de crescimento para os cidadãos baianos. Nesse ano de 2015, a Bahiagás investiu aproximadamente R$ 2,65 milhões em projetos, apoios e patrocínios.
A Escola de Música Instrumental Irmãos Macêdo, que acaba de completar 10 anos de atuação, é um dos mais novos e mais importantes projetos sociais apoiados pela Bahiagás, selecionado através do Edital de Patrocínio 2014 e desenvolvido em 2015. A escola é uma iniciativa dos irmãos Macêdo (os músicos Armandinho, Aroldo, Betinho e André), filhos de Osmar Macêdo, um dos inventores do Trio Elétrico e da famosa guitarra baiana. O projeto proporciona o aprendizado musical gratuito para crianças e adolescentes de escolas públicas. E amplifica, através da música, as noções de cidadania e as oportunidades para estes jovens. Ensinando-os as notas e os sons que irão compor as partituras das suas vidas. Esse é o tom da Bahiagás, que também orquestra suas ações, propagando a harmonia na sua gestão e no desenvolvimento do estado.
Durante o carnaval, a Bahiagás apoiou várias iniciativas, com destaque para o Trio Elétrico Armandinho, Dodô e Osmar. A Companhia também patrocinou atletas com relevância nacional e internacional nas suas modalidades, com ênfase para o maratonista aquático Allan do Carmo, atual vice-campeão mundial de Maratonas Aquáticas e representante brasileiro da modalidade nas Olimpíadas Rio 2016. Apoiou ainda, a nadadora Suelly Aline Siqueira, o lutador de *taekwondo* Álisson Bomfim, o para-atleta de *triathlon* Marcelo Collet e o também triatleta Bruno Vieira.
Confira abaixo alguns dos projetos patrocinados em 2015:
Caravana Verde Bahiagás - Uma Feira de Sustentabilidade itinerante, montada em um caminhão equipado exclusivamente para a ação, percorreu três importantes cidades do interior do estado, levando noções de sustentabilidade para as comunidades locais. Cultivo de hortas caseiras, coleta seletiva e melhor aproveitamento dos alimentos foram algumas das lições ensinadas.
Jam no MAM - Tradicional projeto musical, realizado há 23 anos, na área externa do Museu de Arte Moderna da Bahia (MAM-BA), o evento promove encontros de artistas locais, nacionais e internacionais. As Jam sessions promovidas pelo projeto, são garantia de boa música para os finais de semana dos baianos.
12ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - Uma iniciativa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), organizado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia, o evento oportuniza ao público a participação em debates, exposições e mostras científicas. É um instrumento de popularização da ciência e uma vitrine para a apresentação de resultados e atração de investimentos para o desenvolvimento da área.
87º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC 2015) - Realizado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e organizado pelo Sindicato da Indústria da Construção no Estado da Bahia (Sinduscon-BA) e pela Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia (Ademi-BA), o ENIC é o maior evento da indústria da construção civil nacional. Reuniu líderes empresariais e representantes do poder público para discutir alternativas para o setor, que é um elemento fundamental para o desenvolvimento do país.
Conscientização do Descarte do Lixo Eletrônico: montagem e manutenção de micro - Um projeto do Comitê para Democratização da Informática (CDI), realizado em parceria com o Centro Suburbano de Educação Profissional (Cesep), oferece curso gratuito de montagem e manutenção de microcomputadores para jovens do Subúrbio Ferroviário de Salvador. A iniciativa aborda também noções de cidadania, a exemplo do descarte correto do lixo eletrônico.
Travessia Bioceânica EGNV - Projeto realizado pelo Instituto Surear para Promoção da Integração Latino-Americana, promoveu uma viagem de dois pesquisadores da Bahia até o Chile, a bordo de um automóvel popular movido a Gás Natural Veicular (GNV). A expedição apresentou resultados surpreendentes sobre as vantagens competitivas do uso do GNV.
***Workshop* Geração Distribuída e Projetos de Eficiência Energética com Gás Natural** - Promovido pela Bahiagás, o evento reuniu os principais *stakeholders* do setor de geração de energia com o uso do gás natural, com o objetivo de discutir e apresentar novas técnicas, experiências e perspectivas práticas acerca do uso do energético. Além de firmar o combustível como uma alternativa capaz de dar segurança energética aos consumidores. Na oportunidade, a Companhia assinou um Acordo de Cooperação Técnica com a Caixa Econômica Federal visando o financiamento de projetos com essa finalidade.

SEGURANÇA, SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Para manter o ambiente de trabalho sempre seguro e saudável, a Bahiagás vem avançando na adoção das melhores práticas de Segurança, Saúde e Meio Ambiente (SSMA). São ações de rotina da Companhia: a manutenção do relacionamento com as comunidades afetadas pelas intervenções da Bahiagás; a realização dos Diálogos Diários de Segurança, Saúde e Meio Ambiente (DDSSMA); a implantação de nova sistemática para identificação dos Aspectos e Impactos Ambientais; e a participação no Plano de Auxílio Mútuo (PAM) do Polo Industrial de Camaçari. Estas iniciativas demonstram a importância que a Companhia confere às questões de SSMA.
Outras ações desenvolvidas em 2015:
Sistema de Gestão Integrado (SGI)
Foi consolidada a implantação das normas ISO 9.001, ISO 14.001 e OHSAS 18.001. Após os resultados do primeiro ciclo de auditorias internas, a Companhia realizou ações de comunicação buscando a internalização da Política de Qualidade, Saúde e Meio Ambiente por todos os colaboradores. Essas ações foram compostas por palestras, treinamentos e a realização do Quiz SGI, com o objetivo de estimular o conhecimento dos colaboradores acerca das questões relacionadas ao sistema.
Boas Práticas para Prevenção de Acidentes
Divulgação do PAIT (Prevenção de Acidentes por Interferências de Terceiros em Redes de Distribuição de Gás) nas regiões do Sul, Extremo Sul e Feira de Santana e parte da Região Metropolitana de Salvador.
Saúde Ocupacional
Em 2015, foram realizadas campanhas de prevenção, a exemplo da Campanha de Vacinação; palestras e publicação de informes sobre a Saúde do Trabalhador, além da inclusão do Outubro Rosa e do Novembro Azul no calendário de eventos de prevenção a doenças da Companhia. A área médica aprimorou a produção de informações estatísticas relacionadas à área de saúde.
Segurança do Trabalho
A Companhia implementou uma nova sistemática para levantamento dos Perigos e Riscos das atividades desenvolvidas pelos seus colaboradores. As matrizes resultantes deste levantamento foram divulgadas e disponibilizadas para o acesso de todos.
Automação de Campo
Foi desenvolvido e está em fase de implantação um aplicativo para Mobile, voltado às inspeções planejadas de Qualidade, Segurança, Saúde e Meio Ambiente (QSSMA) e Auditoria Comportamental (Auditgás), gerando mais precisão e agilidade na produção de informações.
CIPA
As CIPAs foram responsáveis por ações importantes que promoveram integração e solidariedade entre os colaboradores, como a Campanha de Doação de Sangue, em parceria com a Fundação de Hematologia e Hemoterapia da Bahia (Hemoba); além da implantação da Semana do Conhecimento, onde os colaboradores explanam as suas experiências nas suas respectivas áreas de conhecimento.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Visando garantir a prestação de serviços com a máxima eficiência e segurança, buscando suprir às áreas da Companhia com a infraestrutura e os sistemas necessários para auxiliar a tomada de decisões, em todas as suas esferas, a Tecnologia da Informação executou o Plano de Investimentos de 2015 alinhado ao Planejamento Estratégico da Bahiagás.
Dentre os projetos realizados em 2015, destacam-se: implantação de equipamentos de segurança do tipo *Firewall* de última geração, a fim de garantir os níveis de disponibilidade e de segurança necessários à continuidade da operação dos processos de negócios da Companhia; instalação de painéis de monitoramento on-line dos sistemas de TI e acompanhamento dos indicadores de desempenho; implantação de uma nova tecnologia no Banco de Dados Corporativo, visando aumentar a sua capacidade e disponibilidade para prover uma melhor escalabilidade e performance dos sistemas computacionais.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Depois da criação do Portal da Governança, ferramenta disponível no site da Companhia, que proporciona muito mais transparência às operações da Bahiagás, outras iniciativas vêm sendo adotadas para garantir o avanço e a consolidação da política de Governança Corporativa da Companhia. A exemplo da implementação de novos sistemas de controle e gestão das informações. Com isso, a Bahiagás segue reafirmando o seu compromisso com a transparência e *accountability*, e fortalecendo a sua relação com os seus colaboradores, acionistas e órgãos de controle.

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

As conquistas da Bahiagás resultam da dedicação e sincronia dos seus colaboradores. Um grupo afinado, que se empenha com afinco para manter o mesmo ritmo e compasso, transformando os planos da Companhia em resultados promissores. A Bahiagás retribui a todo esse compromisso, com diversas ações de valorização do seu corpo funcional.
Concurso Público - Foi lançado o Edital de Concurso Público 001/2015, tendo sido contratado o Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul – IESES para condução do processo seletivo.
Capacitação - Em 2015, a participação em ações de capacitação foi ainda maior. Ao todo, 222 empregados da Bahiagás participaram de treinamentos, destacando-se as capacitações em: Construção e Montagem de Dutos Terrestres; Primeiros Socorros, para os grupos de evasão e de brigadistas; Gestão da Imagem Corporativa; e treinamentos específicos nos normativos das áreas. Foram custeados cursos de pós-graduação (Lato Sensu e Stricto Sensu) para 10 empregados e curso de idioma para 31 empregados.
Evento de Integração - Com o objetivo de oportunizar a integração entre os empregados, buscando o aprimoramento das relações interpessoais e dos processos, através do trabalho coletivo, foi realizada a ação 'Descobridor dos 7 Mares – Ajustando as Velas', que envolveu todos os empregados da Companhia.
Avaliação de Desempenho e Plano de Carreira - Como parte da política de desenvolvimento dos colaboradores da Bahiagás, foi dada continuidade, em 2015, ao Programa de Avaliação de Desempenho, proporcionando a progressão do quadro de empregados. Para tornar o processo ainda mais eficaz, lideranças da Companhia, responsáveis pelas avaliações das suas respectivas equipes, passaram por processo de qualificação em Avaliação de Desempenho.
Plano de Carreira, Remuneração e Competências (PCRC) - Em 2015, uma consultoria foi contratada para revisar o PCRC da Companhia. O resultado deste trabalho, com a elaboração de um novo Plano de Carreira, será divulgado durante o ano de 2016.
Programa de Qualidade de Vida - Como parte da política de valorização dos seus colaboradores, em 2015, o Programa de Bem com a Vida, realizado em parceria com o Serviço Social da Indústria (Sesi), e voltado para a implementação de Soluções Integradas de Qualidade de Vida no Trabalho, foi ampliado. Além das ações preexistentes, como Ginástica Laboral, Grupo de Corrida, Massoterapia, Ioga e Oficina de Teatro, o programa passou a oferecer também a Oficina de Canto.
PPLR - O Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PPLR) continuou proporcionando aos empregados a oportunidade de acompanharem o cumprimento das metas estabelecidas, através do Placar PLR, disponibilizado na Intranet, e das reuniões para apresentação e acompanhamento das metas acordadas.
Acordo Coletivo - A Bahiagás firmou, com o Sindicato que representa os seus empregados, o acordo coletivo 2015/2016. O documento estabeleceu os reajustes salariais e benefícios concedidos aos empregados para o período do acerto.
Programa de Estágio - Entendendo a importância do estágio como processo de aprendizagem indispensável aos profissionais em início de carreira, a Bahiagás ampliou, neste ano de 2015, o número de vagas de estágio para 50, contemplando todas as áreas da Companhia e oportunizando o desenvolvimento de um número ainda maior de estudantes.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais – R$)

ATIVO	Nota explicativa	2015	2014 Reapres.
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	197.365	107.634
Contas a receber de clientes	5	65.583	101.447
Depósitos vinculados	6	3.172	2.410
Estoques	7	3.609	3.032
Tributos a recuperar	8	13.945	9.114
Créditos a receber - Petrobras	25	18.000	12.000
Despesas pagas antecipadamente		595	762
Créditos nas operações de aquisição de gás	9	16.888	11.550
Outros ativos		936	1.852
Total do circulante		320.093	249.801
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:			
Depósitos vinculados	6	2.263	2.122
Tributos a recuperar	8	5.549	1.663
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	3.121	1.963
Depósitos judiciais	10	5.715	4.118
Créditos a receber - Petrobras	25	9.466	27.466
Créditos nas operações de aquisição de gás	9	3.099	4.663
Intangível	11	293.618	277.991
Total do não circulante		322.831	319.986
TOTAL DO ATIVO		**642.924**	**569.787**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2015	2014 Reapres.
CIRCULANTE			
Fornecedores	12	78.227	93.776
Obrigações trabalhista e encargos sociais a pagar	13	9.479	9.630
Tributos a pagar	14	7.561	7.736
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	17	22.335	-
Outros passivos		867	766
Total do circulante		118.469	111.908
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para Contigências	15	5.625	2.222
Débitos nas operações de venda de gás	16	3.575	320
Outros passivos		343	342
Total do não circulante		9.543	2.884
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17		
Capital social		360.355	333.577
Reservas de lucros		87.551	83.985
Dividendos adicionais propostos		67.006	37.433
Total do patrimônio líquido		514.912	454.995
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**642.924**	**569.787**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais – R$)

	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva Incentivos Fiscais	Lucros Acumulados	Dividendo Adicional Proposto	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		310.329	47.569	25.993	(0)	66.516	450.407
Aumento de capital		23.248		(23.248)			-
Dividendos adicionais aprovados						(66.516)	(66.516)
Lucro líquido do exercício					134.292		134.292
Destinação do lucro líquido do exercício	17						-
Reserva incentivos fiscais				26.956	(26.956)		-
Reserva legal			6.715		(6.715)		-
Dividendos intermediários balanço junho de 2014					(44.055)		(44.055)
Juros sobre capital próprio					(19.133)		(19.133)
Dividendos adicionais propostos					(37.433)	37.433	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		333.577	54.284	29.701	-	37.433	454.995
Aumento de capital		26.778		(26.778)			-
Dividendos adicionais aprovados						(37.433)	(37.433)
Lucro líquido do exercício					119.685		119.685
Destinação do lucro líquido do exercício	17						-
Reserva incentivos fiscais				24.360	(24.360)		-
Reserva legal			5.984		(5.984)		-
Dividendos mínimos obrigatórios					(22.335)		(22.335)
Dividendos adicionais propostos					(67.006)	67.006	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		360.355	60.268	27.283	-	67.006	514.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais – R$)

	Nota explicativa	2015	2014
RECEITAS LÍQUIDAS - VENDAS DE GÁS	18	1.466.636	1.340.514
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS		(1.285.756)	(1.148.828)
LUCRO BRUTO		180.880	191.686
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas comerciais		(11.351)	(10.601)
Despesas gerais e administrativas		(47.514)	(41.999)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	435	(2.209)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		122.450	136.877
Receitas financeiras		23.888	18.041
Despesas financeiras		(481)	(656)
Total		23.407	17.385
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		145.857	154.262
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22		
Corrente		(51.689)	(46.692)
Diferido		1.157	(234)
Incentivo Fiscal Sudene	17	24.360	26.956
		(26.172)	(19.970)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		119.685	134.292
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO DO CAPITAL - R$ (MIL)		7,80	9,45

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais – R$)

	2015	2014
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	119.685	134.292
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	119.685	134.292

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONTINUA>>>

COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA - BAHIAGÁS
CNPJ: 34.432.153/0001-20
Av. Tancredo Neves, 450, Ed. Suarez Trade, 20º andar - Caminho das Árvores. CEP: 41.820-901 - Salvador-Bahia - Tel: 71 3206-6000 - Fax: 71 3206-6001

CAMAÇARI
Alameda Planície, 279 - Polo Industrial de Camaçari - CEP: 42.800-000
Camaçari - Bahia - Tel: 71 3632-1139/3402
ITABUNA
Rodovia BR-415, s/n, Centro Industrial de Itabuna - CEP: 45.604.811 - Tel: 71 2102-3133

www.bahiagas.com.br | SAC 0800 071 9111

>>>CONTINUAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
Em milhares de reais – R$

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Companhia de Gás da Bahia – Bahiagás é uma sociedade de economia mista, constituída em 26 de fevereiro de 1991, cujo objeto social é a aquisição, comercialização, distribuição de gás e a prestação de serviços correlatos, podendo vir a promover a produção e armazenamento de gás, observada a legislação federal pertinente, os critérios econômicos de viabilização dos investimentos, o desenvolvimento econômico e social, os avanços técnicos e a integração do gás na matriz energética do estado.
A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos, prorrogáveis, da exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado da Bahia, contados a partir da publicação do Decreto Estadual no 4.401 de 12 de março de 1991, conforme contrato de regulamentação da concessão para exploração industrial, comercial, institucional e residencial dos serviços de gás canalizado no Estado da Bahia, datado de 06 de dezembro de 1993.
Ao término do Contrato ocorrerá a reversão ao Poder Concedente dos bens e instalações, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do valor de indenização à Companhia, observado o estabelecido no Contrato de Regulamentação da Concessão.

NOTA 2. ADOÇÃO DAS NORMAS CONTÁBEIS INTERNACIONAIS
a) Base de Apresentação das Demonstrações Financeiras
A apresentação das Demonstrações Financeiras de 31/12/15 e 31/12/14, em milhares de reais (Moeda Funcional), foram preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras, considerando a legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pelos órgãos competentes. Compreende o conjunto dessas demonstrações: o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e demonstração dos resultados abrangentes, apresentadas de forma comparativa.
A demonstração do valor adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar as informações financeiras, e foi elaborada com base nos registros contábeis que serviram para a preparação das Informações, seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.
b) Contrato de Concessão
A Companhia vem reconhecendo desde o exercício de 2009 como Intangível, em substituição ao imobilizado relativo à construção de infraestrutura para a prestação de serviços de distribuição de gás, o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, conforme divulgado na Nota 11.
No caso da construção de infraestrutura, a receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao seu respectivo custo, tendo em vista que não existe margem definida no contrato de concessão e considerando que a administração não entende a construção de infraestrutura como fonte de lucro, conforme demonstrado na Nota 19.

NOTA 3. DEMONSTRAÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
Dentre as principais práticas adotadas para a preparação das demonstrações financeiras têm-se:
a) Caixa e Equivalentes de Caixa
Estão representadas por depósitos em conta corrente e as aplicações financeiras estão registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.
b) Depósitos Vinculados
Referem-se a valores depositados em conta corrente vinculados a incentivos fiscais cuja a movimentação é autorizada pela instituição responsável pela aprovação dos referidos incentivos.
c) Contas a receber de clientes
Referem-se a créditos junto a clientes, decorrente de comercialização e distribuição de gás canalizado e serviços correlatos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas na realização das contas a receber.
d) Estoques
Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) destinados à manutenção operacional, estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas quando aplicável.
Os materiais em estoque, classificados no ativo intangível destinados à construção de infraestrutura de distribuição, estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas quando aplicável.
e) Intangível
Os bens integrantes do ativo intangível compreendem o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pela Concessionária (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com o CPC 04(R2) – Ativos Intangíveis, ICPC 01(R1) e OCPC 05 Contrato de Concessão, que estão demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização, conforme Nota 11 às demonstrações financeiras.
A amortização do Ativo Intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam utilizados pela Companhia, os quais correspondem à metodologia de remuneração prevista para o cálculo da tarifa conforme Contrato de Concessão.
A amortização dos componentes do Ativo Intangível é descontinuada quando o respectivo ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão.
Extinta a concessão, todos os ativos de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores conforme contrato de concessão.
O Intangível a partir de 1° de janeiro de 2009 é revisto para identificar perdas por impairment sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por impairment é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.
f) Passivos circulante e não circulante
São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.
g) Imposto de renda e contribuição social
Em 21/12/2011 a Companhia obteve através do Laudo Constitutivo n° 0195/2011 da SUDENE o direito a redução de 75% do Imposto sobre a Renda e Adicionais, calculados com base no Lucro da Exploração, com início de fruição do benefício a partir do ano calendário de 2011 com previsão de término no ano calendário de 2020.
A partir de 01/01/2012 a Companhia iniciou a fruição do benefício de incentivo fiscal SUDENE para reinvestimentos, instituído pela Lei n° 5.508/68, regulamentado pela Instrução Normativa SRF n° 267/02, mediante o depósito de 30% do imposto devido sobre o Lucro da Exploração, acrescido de 50% de recursos próprios, em conta vinculada do Banco do Nordeste do Brasil S/A.
A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% (quinze por cento) sobre o lucro real, mais adicional de 10% (dez por cento). A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido foi constituída a alíquota de 9% (nove por cento).
h) Reconhecimento da receita
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.
A Receita Operacional Líquida é mensurada com base no valor do produto entregue, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.
i) Uso de estimativas
As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências.
A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo para sua determinação. A administração da Companhia revisa as estimativas e premissas regularmente e entende que não haverá divergências materiais quando da realização dessas.
j) Lucro por ação
O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidadede ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito a dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído.
No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício atribuido aos acionistas	119.685	134.292
Total de ações ordinárias e preferenciais	15.349.205	14.208.611
Lucro / ação	7,80	9,45

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014 Reapresentado
Caixa e bancos	27.176	3.951
Aplicações de liquidez imediata	170.189	103.683
Total	197.365	107.634

As aplicações financeiras são representadas por fundos de renda fixa e Certificados de Depósitos Bancários – CDB, cujos rendimentos têm correspondido a aproximadamente 100% da variação dos Certificados de Depósito Interbancários – CDI.
O expressivo valor de R$ 27.176 mil ao final de 2015 (R$ 3.951 mil em 2014) em Caixa e bancos decorreu do relevante valor recebido de clientes em 30/12/2015 somente disponível no 1º dia seguinte de expediente bancário (04/01/2016) por força de cláusula contratual de "floating".

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2015	2014
Braskem S/A	15.610	18.999
Chesf	8.896	36.482
Metanor S/A - Copenor	7.748	3.141
Oxiteno Nordeste S/A Ind. e Comércio	3.271	4.871
Caraíba Metais S/A	2.647	2.302
Elekeiroz S.A.	2.393	1.301
Deten Química S.A.	1.637	1.449
Dow Brasil Nordeste S/A - Dow Química	1.635	1.938
BSC- Bahia Specialty Cellulose S/A	1.343	2.454
Condomínio Shopping da Bahia	1.121	954
Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S/A	676	1.529
Ceramus Bahia S.A.	613	1.082
Petrobras Distribuidora S/A	30	1.171
Gerdau	29	52
Braskem S/A - Trikem	-	1.658
Outros	17.934	22.064
Total	65.583	101.447

NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS
Referem-se a depósitos constituídos junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, por conta de Incentivos Fiscais de Reinvestimentos - Sudene, calculado sobre o Lucro da Exploração, o qual reduz o Imposto de Renda Corrente do Exercício, acrescidos 50% (cinquenta por cento) de depósitos efetuados pela Companhia, os quais, no conjunto, somente serão resgatados mediante aprovação dos respectivos projetos pela Sudene, conforme Decreto 4.213, de 26 de abril de 2002.

	2015	2014 Reapresentado
Circulante	3.172	2.410
Não circulante	2.263	2.122
Total	5.435	4.532

NOTA 7. ESTOQUES

	2015	2014
Gás Natural	278	-
Suprimentos gerais e de manutenção	3.108	2.785
Almoxarifado	38	47
Odorante	185	200
Total	3.609	3.032

Gás Natural
A Companhia, a partir do exercício de 2015, passou a registrar o estoque de gás natural, cujo saldo final em 31 de dezembro de 2015 montou em R$ 278 (mil), equivalentes à 322 (mil) m³, distribuídos numa extensão de 812 km de dutos de distribuição em operação.

NOTA 8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2015	2014
Provisão de Imposto de renda sobre aplicação financeira	439	904
ICMS a recuperar	2.576	2.803
CSLL	8.209	3.555
IRPJ	3.791	3.371
PIS	799	26
COFINS	3.681	118
Total	19.494	10.777
Ativo circulante	13.945	9.114
Ativo não circulante	5.549	1.663

A partir de janeiro de 2015, a Companhia, com base nos Artigos nº 53 e 55, § 21 da Lei 12.973, de 13 de maio de 2014, passou a registrar como Tributos a compensar, os créditos de PIS e COFINS gerados pelas aquisições de materiais e serviços utilizados na construção da rede de gás, os quais serão aproveitados para compensação de Tributos a Pagar de Pis e Cofins sobre Vendas e Outras Receitas Operacionais, a medida em que for sendo amortizado o Ativo Intangível em operação.

NOTA 9. CRÉDITOS NAS OPERAÇÕES DE AQUISIÇÃO DE GÁS
O campo maduro de Morro do Barro atende ao fornecimento de Gás Natural Comprimido (GNC) através do contrato de fornecimento firmado entre o Consórcio ERG Petróleo e Bahiagás. A vigência do contrato de fornecimento, após a celebração de aditamento em 2014, passou a 31/12/2017, podendo ser prorrogado até 31/12/2019, em caso de valores pagos a título de compromissos de retirada de gás natural ("Take or Pay").
A Companhia efetuou pagamentos de "Take or Pay" ao Consórcio ERG Petróleo e Gás nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015. Os saldos atualizados estão registrados no Ativo circulante e não circulante, podendo ser recuperados até 31/12/2019.

	2015	2014 Reapresentado
Circulante	16.888	11.550
Não circulante	3.099	4.663
Total	19.987	16.213

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais – R$)

	Nota Explicativa	2015	2014 Reapres.
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do exercício		119.685	134.292
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa			
Gerado pelas atividades operacionais:			
Amortização		35.031	31.624
Custo residual do ativo intangível baixado		(119)	210
Provisão para contingências		3.403	1
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		342	156
Juros e variações monetárias ativas e passivas		(2.231)	(728)
Participação nos lucros de funcionários e administradores		2.445	3.220
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos		1.157	(234)
Aumento (Redução) nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes		35.522	(37.739)
Depósitos vinculados		(903)	(4.532)
Estoques		(577)	(844)
Tributos a recuperar		22.469	30.661
Despesas pagas antecipadamente		167	354
Créditos a receber - Petrobras	25	12.000	6.000
Outros ativos		(2.224)	(4.592)
Aumento (Redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(15.549)	30.497
Obrigações trabalhista e encargos sociais a pagar		(2.596)	(1.808)
Tributos a pagar		(175)	6.025
Outros passivos		3.357	385
Caixa proveniente das operações		**211.204**	**192.948**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(31.309)	(23.656)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		179.895	169.292
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de intangível		(52.731)	(60.058)
Recebimento pela venda de intangível		-	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(52.731)	(60.058)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos		(37.433)	(118.214)
Juros capital próprio pagos		-	(19.133)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(37.433)	(137.347)
Aumento/Diminuição Líquido de caixa e equivalente de caixa		**89.731**	**(28.113)**
Representado por:			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		107.634	135.747
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		197.365	107.634
AUMENTO/DIMINUIÇÃO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**89.731**	**(28.113)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais – R$)

	Nota Explicativa	2015	%	2014 Reapres.	%
1 - RECEITAS		**1.851.781**		**1.714.275**	
1.1. Vendas de produtos	18	1.795.246		1.658.278	
1.2. (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(342)		(156)	
1.3. Outras receitas operacionais		56.877		56.153	
2 - INSUMOS ADQ. DE TERCEIROS		**(1.598.108)**		**(1.444.697)**	
2.1. Outros custos de produtos vendidos		(1.494.811)		(1.348.423)	
2.2. Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais		(103.297)		(96.274)	
3 - RETENÇÕES		**(35.031)**		**(31.624)**	
3.1. Amortização		(35.031)		(31.624)	
4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		218.642		237.954	
5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		**23.888**		**18.041**	
5.1. Receitas financeiras		23.888		18.041	
6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		**242.530**		**255.995**	
7 - DISTRIB. DO VALOR ADICIONADO		**242.530**	**100**	**255.995**	**100**
7.1. Pessoal					
Remuneração direta		29.233	12	26.017	10
FGTS		1.611	1	1.546	1
Benefícios		8.447	3	8.687	3
7.2. Impostos, taxas e contribuições					
Federais		38.436	16	37.910	15
Estaduais	26	41.048	17	42.955	17
Municipais		264	0	270	0
7.3. Remuneração de capital de terceiros					
Juros		481	0	657	0
Aluguéis		3.325	1	3.661	1
7.4. Remuneração de capitais próprios					
Juros sobre capital próprio		-	-	19.133	7
Dividendos		89.341	37	81.488	32
Reserva Incentivos Fiscais - Sudene		24.360	10	26.956	11
Lucros retidos		5.984	2	6.715	3

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTA 10. DEPÓSITOS JUDICIAIS
Os Saldos dos depósitos judiciais estão apresentados no quadro a seguir:

	2015	2014
Fiscais	2.047	208
Trabalhistas	2.851	3.160
Cíveis	817	750
Total	5.715	4.118

NOTA 11. INTANGÍVEL
Os valores reconhecidos no Intangível, como o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, são constituídos pelos custos relativos à construção de infraestrutura para a prestação de serviços de distribuição de gás.
Devido à característica das atividades operacionais, a amortização do intangível tem início quando o bem que lhe deu origem entra em atividade.
A amortização foi calculada com base na vida-útil para os ativos formados em conformidade com o contrato de concessão e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços, totalizando R$ 37.222 mil (R$ 33.986 mil em 2014), devidamente apropriada ao resultado do exercício.
No quadro a seguir demonstra-se a movimentação das contas ocorridas no exercício, como segue:

INTANGÍVEL AMORTIZÁVEL	Estimativa de Benefícios Econômicos em Anos	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2013
Redes de Distribuição	10	483.829	5.848	-	86.840	391.141	2.692	(799)	39.908	349.340
Edificações	10	5.489	22	-	-	5.467	-	-	-	5.467
Instalações, aparelhos e máquinas	10	3.206	768	-	349	2.089	442	(84)	59	1.672
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10	890	-	-	-	890	-	-	-	890
Móveis e Utensílios	10	1.587	21	-	-	1.566	321	(56)	-	1.301
Equipamentos de Informática	10	5.355	310	-	-	5.045	1.391	(900)	-	4.554
Veículos	10	563	-	(170)	-	733	262	-	-	471
Softwares	10	8.761	771	-	-	7.990	1.098	-	-	6.892
Marcas e patentes	10	1	-	-	-	1	-	-	-	1
Direitos de uso e Concessões	10	201	-	-	-	201	-	-	-	201
Terrenos	10	508	-	-	-	508	-	-	-	508
Intangível Amortizável		**510.390**	**7.740**	**(170)**	**87.189**	**415.631**	**6.206**	**(1.839)**	**39.967**	**371.297**

CONTINUA>>>

COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA - BAHIAGÁS
CNPJ: 34.432.153/0001-20
Av. Tancredo Neves, 450, Ed. Suarez Trade, 20° andar - Caminho das Árvores.
CEP: 41.820-901 - Salvador-Bahia - Tel: 71 3206-6000 - Fax: 71 3206-6001

CAMAÇARI
Alameda Planície, 279 - Polo Industrial de Camaçari - CEP: 42.800-000
Camaçari - Bahia - Tel: 71 3632-1139/3402
ITABUNA
Rodovia BR-415, s/n, Centro Industrial de Itabuna - CEP: 45.604.811 - Tel: 71 2102-3133

www.bahiagas.com.br | SAC 0800 071 9111

>>>CONTINUAÇÃO

AMORTIZAÇÃO	Taxa Amortização	31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2013
Redes de Distribuição	10%	(283.448)	(35.107)	-	-	(248.341)	(32.026)	771	-	(217.085)
Edificações	10%	(2.717)	(540)	-	-	(2.177)	(547)	-	-	(1.630)
Instalações, aparelhos e máquinas	10%	(706)	(255)	-	-	(451)	(180)	67	-	(338)
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10%	(820)	(42)	-	-	(778)	(59)	-	-	(719)
Móveis e Utensílios	10%	(847)	(123)	-	-	(724)	(110)	49	-	(663)
Equipamentos de Informática	10%	(2.040)	(417)	-	-	(1.623)	(366)	863	-	(2.120)
Veículos	10%	(179)	(56)	71	-	(194)	(65)	-	-	(129)
Softwares	10%	(3.983)	(632)	-	-	(3.351)	(582)	-	-	(2.769)
Marcas e patentes	10%	(1)	-	-	-	(1)	(0)	-	-	(1)
Direitos de uso e Concessões	10%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	10%	(339)	(50)	-	-	(289)	(51)	-	-	(238)
Amortização		**(295.080)**	**(37.222)**	**71**	**-**	**(257.929)**	**(33.986)**	**1.750**	**-**	**(225.692)**

INTANGÍVEL A AMORTIZAR	31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2013
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Materiais para aplicação (1)	18.256	6.394	290	(5.589)	17.161	9.037	63	(7.089)	15.151
Obras em andamento	60.052	38.597	-	(81.673)	103.128	44.816	(182)	(32.878)	91.372
Intangível a Amortizar	**78.308**	**44.991**	**290**	**(87.262)**	**120.289**	**53.853**	**(120)**	**(39.967)**	**106.523**
Total do Intangível	**293.618**	**15.509**	**191**	**(73)**	**277.991**	**26.073**	**(210)**	**-**	**252.128**

(1) Composto basicamente de estoques de tubulações, válvulas, computadores de vazão, sistemas de odorização e outros equipamentos para construção de infraestrutura da rede de distribuição de gás.
O intangível em andamento está composto pelos seguintes projetos:

Projetos	2015	2014
Empreendimentos em Salvador	27.346	29.678
Empreendimentos em Feira de Santana	5.501	4.287
Empreendimentos em Simões Filho	1.392	1.469
Empreendimentos em Catu	3.368	3.121
Empreendimentos em Alagoinhas	1.038	1.112
Empreendimentos no Pólo de Camaçari	9.436	9.303
Empreendimentos em Candeias	3.840	12.218
Empreendimentos em Santo Amaro	15	15
Empreendimentos no Pólo Plastic	782	242
Empreendimentos em Dias D' Ávila	715	781
Empreendimentos em Camaçari	1.023	730
Empreendimentos em Amélia Rodrigues	12	12
Empreendimentos em Itabuna	1.798	1.818
Empreendimentos em Ilhéus	240	36.625
Empreendimentos em Eunápolis	674	674
Empreendimentos em Lauro de Freitas	23	97
Empreendimentos em Mucurí	625	625
Empreendimentos em Ipiaú	1.977	202
Empreendimentos em Pojuca	12	19
Empreendimentos em Outros Municípios	235	100
Total	**60.052**	**103.128**

Os empreendimentos em Salvador estão representados por cerca de 412 projetos basicamente para clientes dos segmentos residencial, automotivo, comercial e infraestrutura. Os empreendimentos em Feira de Santana estão representados por 30 projetos dos segmentos industrial, automotivo, comercial e infraestrutura. Os empreendimentos no Pólo de Camaçari estão representados por 44 projetos dos segmentos industrial, automotivo e infraestrutura. Os empreendimentos em Itabuna estão representados por 17 projetos dos segmentos residencial, automotivo e infraestrutura. Os empreendimentos em Ilhéus estão representados por 4 projetos de infraestrutura, enquanto que os empreendimentos em Candeias estão representados por 16 projetos dos segmentos industrial, automotivo e de infraestrutura, composto de estações e gasodutos para distribuição do gás natural na região.
A Companhia realizou cálculo do valor recuperável dos ativos de longa duração, tendo como base os valores registrados na contabilidade em 31 de dezembro de 2015 cujo objetivo foi à demonstração da capacidade da unidade geradora de caixa, em recuperar o valor do ativo líquido constante das demonstrações financeiras para o exercício, com base na expectativa da geração de caixa da empresa nos próximos cinco anos.
Até 31/12/2015 não foram identificadas perdas por impairment.

NOTA 12. FORNECEDORES
O saldo é composto principalmente pelo fornecedor Petróleo Brasileiro S/A:

	2015	2014
Petróleo Brasileiro S/A	72.628	86.115
Outros	5.599	7.661
Total	78.227	93.776

NOTA 13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

	2015	2014 Reapresentado
Participação nos lucros e resultados	2.447	3.254
Provisão de férias	3.835	3.617
Provisão gratificação	1.692	1.568
INSS	786	782
FGTS	269	250
Outras	450	159
Total	9.479	9.630

NOTA 14. TRIBUTOS A PAGAR

	2015	2014
Imposto de renda pessoa jurídica	234	-
ICMS sobre vendas	5.147	6.204
PIS sobre vendas /outras	124	90
COFINS sobre vendas /outras	595	416
Impostos retidos na fonte	1.106	675
Outros	355	351
Total	7.561	7.736

NOTA 15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS
As provisões constituídas para contingências passivas estão compostas como segue:

	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	367	-	1.854	2.221
Constituição/Reversão	1			1
Saldos em 31 de dezembro de 2014	368	-	1.854	2.222
Constituição	690	1.007	1.706	3.403
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.058	1.007	3.560	5.625

Provisões Fiscais
Refere-se à ação de cobrança de taxa de passagem de gasodutos movida contra a Companhia. Baseado na opinião dos seus assessores jurídicos, a Administração entende que a provisão constituída registrada no Balanço é suficiente para cobrir prováveis perdas com tal causa.
Provisões Trabalhistas
Referem-se a ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade solidária) contratados pela Companhia para execução de obras. Baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, a Administração entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.
Provisões Cíveis
Referem-se a ações movidas por pessoas físicas e empresas com contratos encerrados com a Companhia. Baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, a Administração entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.
Cíveis
A) BRASKEM - AÇÃO CAUTELAR
Em dezembro de 2002, a Braskem ajuizou Ações Judiciais contra a Bahiagás, postulando o fornecimento de 1.200.000/m³ diários de gás natural canalizado. Em grau de Recursos Especiais, o Superior Tribunal de Justiça decidiu: (a) obrigar a Bahiagás fornecer 1.200.000 m³/dia; (b) reduzir a multa diária pelo não fornecimento de gás para R$ 20 mil; (c) estabelecer que o momento inicial para aplicação da referida multa se dará após o trânsito em julgado do Acórdão e depois que a Bahiagás for formalmente intimada para cumprir o fornecimento e não fazê-lo. As partes interpuseram os seus respectivos Embargos de Declaração, ainda pendentes de julgamento.
Embargos de Divergência opostos pela Braskem não conhecidos conforme pauta de julgamento da sessão da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça do dia 16/02/2011. Pendentes de julgamento, Recursos Extraordinários interpostos pela Bahiagás questionando acórdão que julgou procedente pedido de indenização por perdas e danos.
B) BRASKEM - LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA
Decorrente da decisão judicial referente a Ação Cautelar, a qual estabeleceu o dever de indenizar a BRASKEM pelos danos emergentes decorrentes da redução dos volumes fornecidos pela Bahiagás àquela empresa, foi ajuizada Ação de Liquidação de Sentença. Tal pedido de liquidação foi contestado sob o argumento, entre outros, de que não há comprovação nos autos de efetivo dano decorrente da redução do fornecimento do gás natural, estando, atualmente distribuido à 11º Vara dos Feitos Cíveis e Comerciais, estando em fase de perícia técnica.
A Companhia não apresentou valor estimado para desembolso na liquidação, tendo em vista o entendimento da Administração de que não há qualquer comprovação de dano decorrente da redução do fornecimento de gás natural.
C) COPABO Construções e Comércio Ltda.
A ação ajuizada pela contratada visa o ressarcimento por supostos prejuízos ocorridos durante a execução da 2ª etapa da obra de construção e montagem de 44 km de gasoduto enterrado, localizado entre as cidades de Catu e Alagoinhas, sob a alegação de que a Companhia não teria cumprido suas obrigações previstas no contrato de nº 008/03, implicando no atraso da obra e em prejuízos para a contratada.
O valor objeto da lide de R$ 4.016 mil refere-se a suposto prejuízo na execução da 2ª etapa da obra, dependendo de perícia para a prova por parte da autora.
O perito designado já apresentou laudo pericial e a Bahiagás, em resposta, elaborou parecer do assistente técnico.

NOTA 16. DÉBITOS NAS OPERAÇÕES DE VENDA DE GÁS
Nos contratos de venda de gás natural firmados entre a Companhia e usuários industriais estão estabelecidos compromissos de retiradas de gás natural ("Take or Pay"), tendo sido efetuados pagamentos em 2014 e 2015, os quais poderão ser recuperados no prazo previsto nos respectivos contratos.

NOTA 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Capital social
O capital social subscrito e integralizado está representado em 31 de dezembro de 2015 por 15.349.205 ações (14.208.611, em 2014), sendo 5.116.399 ações ordinárias (4.736.201, em 2014) e 10.232.806 ações preferenciais (9.472.410, em 2014), todas em classe única, sem valor nominal.
As ações preferenciais são nominativas, sem valor nominal, não têm direitos a voto e gozam da prioridade no recebimento de dividendos obrigatórios e no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia e participam em igualdade de condições com as ações ordinárias nos dividendos distribuídos.
O capital autorizado da Companhia é de 900.000.000 ações.
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a composição acionária da Companhia está demonstrada como segue:

	Classe das Ações											
	Ordinárias				Preferenciais				Total			
	Quantidade				Quantidade				Quantidade			
Acionistas	**2015**	**%**	**2014**	**%**	**2015**	**%**	**2014**	**%**	**2015**	**%**	**2014**	**%**
Estado da Bahia	2.618.759	51	2.415.465	51	-		-		2.618.759	17	2.415.465	17
Gaspetro S/A	1.248.820	24,5	1.160.368	24,5	5.116.403	50	4.736.205	50	6.365.223	41,5	5.896.573	41,5
Mitsui Gás	1.248.820	24,5	1.160.368	24,5	5.116.403	50	4.736.205	50	6.365.223	41,5	5.896.573	41,5
Total	**5.116.399**	**100**	**4.736.201**	**100**	**10.232.806**	**100**	**9.472.410**	**100**	**15.349.205**	**100**	**14.208.611**	**100**

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2015 aprovou o aumento de capital no montante de R$ 1.349 mil, proveniente da incorporação de incentivos fiscais de Reinvestimento Sudene(Decreto 4.213/02 e Lei 12.712/12), com a emissão de 57.456 ações, sendo 19.152 ordinárias e 38.304 preferenciais, todas de classe única, sem valor nominal e inconversíveis de uma classe em outra.
A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 11 de dezembro de 2015 aprovou o aumento de capital no montante de R$ 25.429 mil, proveniente da incorporação de incentivos fiscais do Imposto de Renda (Lei 4.239/63 e Lei 8.191/91), com a emissão de 1.083.138 ações, sendo 361.046 ordinárias e 722.092 preferenciais, todas de classe única, sem valor nominal e inconversíveis de uma classe em outra.
Reserva legal
A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia.
Reserva de Incentivos fiscais
Incentivo Fiscal SUDENE 75% do IRPJ exercícios de 2015 e 2014:
O incentivo de redução de 75% do Imposto sobre a Renda e Adicionais incidentes sobre o lucro da exploração, conforme mencionado na Nota 3, letra g, foi de R$ 22.980 mil em 2015 (R$ 25.429 mil em 2014), relativo ao Laudo Constitutivo n° 0195/2011.
Incentivo Fiscal SUDENE por Reinvestimento IRPJ exercícios de 2015 e 2014:
A Companhia usufruiu em 2015 do incentivo fiscal SUDENE para Reinvestimentos no valor de R$ 1.380 mil (R$ 1.527 mil em 2014), conforme mencionado na Nota 3, letra g.
Total do Incentivo Fiscal SUDENE exercício de 2015 e 2014:
Em 2015 a Companhia obteve o total de R$ 24.360 mil (R$ 26.956 mil em 2014) referentes aos incentivos fiscais Sudene de Redução sobre 75% do Imposto sobre a Renda e Adicionais incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao Laudo Constitutivo n° 0195/2011e benefício fiscal SUDENE de Reinvestimentos.
Dividendos Intermediários
A Companhia, com base no Balanço Semestral findo em 30 de junho de 2014, distribuiu dividendos no valor de R$ 44.055 mil, apurados sobre o lucro líquido de R$ 59.934 mil, em conformidade com o que estabelece o estatuto da Companhia e Lei nº 6.404/76, como demonstrado no quadro a seguir:

Lucro Líquido do Semestre em 30/06/2014	**59.934**
Transferência para Reservas e Dividendos	
Reserva Legal (5%)	(2.997)
Reserva Incentivo Fiscal Sudene	(12.883)
Lucro Líquido Ajustado para fins Dividendos	44.055
Dividendos Intermediários	**44.055**
Governo Estado (17%)	7.489
Gaspetro (41,5%)	18.283
Bahiapart (41,5%)	18.283

Em 2015 não houve distribuição de dividendos intermediários.
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio
O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, conforme determina a Lei nº 6.404/76, nos termos do seu artigo 202.
No exercício de 2015 não houve remuneração de Juros sobre Capital Próprio aos acionistas, sendo reconhecidos, portanto, no passivo circulante integralmente 25% como dividendos mínimos obrigatórios.
Em conformidade com a Resolução CFC n° 1.195/09, os dividendos correspondem aos 25% mínimos estabelecidos. Em 31 de dezembro de 2015 foram registrados como obrigação no passivo circulante dividendos mínimos(em 2014 não foram registrados como obrigação no passivo circulante dividendos mínimos em função de ter ocorrido distribuição de dividendos intermediários e pagamento de Juros sobre o Capital Próprio em valor superior ao mínimo obrigatório), estando o restante dos dividendos à disposição dos acionistas para deliberação na Assembleia Geral Ordinária, conforme demonstrado em conta específica de dividendos adicionais propostos no patrimônio líquido, de acordo com a determinação do ICPC 08.
Esta interpretação esclarece que os dividendos, excedentes ao mínimo obrigatório, após o período contábil a que se referem às demonstrações contábeis não devem ser reconhecidos como passivo, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigações presentes na data das demonstrações financeiras.
Em conformidade com proposta a ser submetida à Assembléia Geral Ordinária, a Companhia prevê a distribuição integral do resultado do exercício de 2015, a título de dividendos, deduzidas a constituição da reserva legal e de incentivos fiscais, como demonstrado no quadro a seguir:

	2015	2014
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**119.685**	**134.292**
Reserva Legal (5%)	(5.984)	(6.715)
Reserva Incentivo Fiscal Sudene	(24.360)	(26.956)
BASE DE CÁLCULO DIVIDENDOS	**89.341**	**100.621**
Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	22.335	25.155
Dividendos Intermediários Balanço Junho 2014	-	(44.055)
Juros s/ Capital Próprio Imputados aos Dividendos	-	(19.133)
Imposto de renda na fonte	-	2.382
Juros s/ Capital Próprio Líquido de Imposto de Renda	-	(16.751)
Dividendos Adicionais Propostos	67.006	37.433
TOTAL DE DIVIDENDOS A PAGAR	**89.341**	**37.433**

Os Juros sobre Capital Próprio referentes ao exercício de 2014 foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, líquidos do imposto de renda retido na fonte.
A parcela de juros sobre o capital próprio de R$ 19.133 mil em 2014 tem incidência de retenção de imposto de renda na fonte de 15% - R$ 2.382 mil, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95.

NOTA 18. RECEITA LÍQUIDA
A Receita Líquida está demonstrada da seguinte forma:

	2015	2014
Receita Bruta	1.795.246	1.658.278
ICMS	(181.282)	(177.586)
PIS	(26.280)	(25.005)
COFINS	(121.048)	(115.173)
Total da receita líquida	1.466.636	1.340.514

O aumento da receita bruta em 2015 em relação a 2014 de 8,26%, ocorreu basicamente em função do reajuste da tarifa incidente sobre o fornecimento de gás natural aos usuários.

NOTA 19. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS
O saldo da conta está demonstrado da seguinte forma:

	2015	2014
Receita de Construção (a)	49.850	54.038
Custo de Construção (a)	(49.850)	(54.038)
Outras Receitas Operacionais	7.027	2.115
Outras Despesas Operacionais	(6.592)	(4.324)
Total	435	(2.209)

a) Receita e Custo de Construção
Nos termos dos contratos de concessão de distribuição de gás canalizado, que estão ao alcance do ICPC 01(R1), o concessionário atua como prestador de serviços para o concedente quando constrói ou melhora a infraestrutura usada para prestar um serviço público por conta própria ou através de terceiros. Ao prestar o serviço, o concessionário deve mensurar e reconhecer a receita dos serviços que presta de acordo com o CPC 30(R1) – Receita e os Custos de acordo com o CPC 17(R1) - Contratos de Construção.
Consoante o expresso na Nota 2.b, a construção de infraestrutura é considerada como prestação de serviços ao Poder Concedente, sendo que a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, tendo em vista que não existe margem definida no Contrato de Concessão para esse serviço.
Essa prestação de serviço gera ao concessionário o benefício de poder cobrar do usuário do serviço, via tarifa, o retorno do valor dispendido, sem acréscimo, isto é, sem margem na atividade de construção.

NOTA 20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:
• Risco de crédito
O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia vem monitorando as contas a receber de clientes.
• Valor de mercado dos instrumentos financeiros
Para determinar o valor estimado de mercado dos instrumentos financeiros, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação própria. As estimativas não indicam, necessariamente, que tais instrumentos possam ser operados no mercado diferentemente das taxas utilizadas.
Não houve operações com derivativos.

CONTINUA>>>

COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA - BAHIAGÁS
CNPJ: 34.432.153/0001-20
Av. Tancredo Neves, 450, Ed. Suarez Trade, 20º andar - Caminho das Árvores.
CEP: 41.820-901 - Salvador-Bahia - Tel: 71 3206-6000 - Fax: 71 3206-6001

CAMAÇARI
Alameda Planície, 279 - Polo Industrial de Camaçari - CEP: 42.800-000
Camaçari - Bahia - Tel: 71 3632-1139/3402
ITABUNA
Rodovia BR-415, s/n, Centro Industrial de Itabuna - CEP: 45.604.811 - Tel: 71 2102-3133

www.bahiagas.com.br | SAC 0800 071 9111

>>>CONTINUAÇÃO

NOTA 21. SEGUROS
A Companhia possui cobertura de seguros para os bens do ativo intangível, contratados nas seguintes modalidades e valores:

Tipo de seguro	Bens segurados	Valor segurado 2015	Valor segurado 2014
Responsabilidade civil	Prédio, instalações e rede de distribuição de gás	6.000	6.000
Riscos Nomeados/Incêndio/raio/explosão	Prédio, instalações e rede de distribuição de gás	11.700	11.700
Compreensivo Empresarial Tumulto/greve /saques/atos dolosos/danos elétricos	Geral	8.230	8.230
Veiculo	Mercedes-Benz – Atego 1418 Placa – NZB 0866	409	619
Veiculo	Caminhão-Agrale CAM 14000 4X2 E5 2014 Placa – OZI 0866	300	-

O valor em risco atribuído a contratação do Seguro Riscos Nomeados, corresponde a R$ 240.998 mil ao final de 2015 (R$ 178.167 mil em 2014), para cobertura da totalidade dos bens localizados na sede e nas filiais da empresa, bem como, nos municípios atendidos pela rede de distribuição de gás sob a gestão da Companhia na qualidade de concessionária. Os seguros contratados foram considerados suficientes pela Administração.

NOTA 22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	2015	2014
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	**51.689**	**46.692**
Imposto de Renda Correntes	37.918	34.258
Contribuição Social Correntes	13.771	12.434
Redução IRPJ Incentivo Fiscal Sudene	**(24.360)**	**(26.956)**
Ajustes ao lucro que afetam o resultado do exercício:		
Constituição de Imposto de Renda e Contrib. Social Diferidos	**(1.157)**	**234**
Contribuição Social Diferidos	(306)	62
Imposto de Renda Diferidos	(851)	172
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	**26.172**	**19.970**

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no ativo realizável a longo prazo em 2015 montam R$ 3.121 mil, sendo R$ 2.295 mil de IRPJ e R$ 826 mil de CSLL. Em 2014 montam R$ 1.963 mil, sendo R$ 1.443 mil de IRPJ e R$ 520 mil de CSLL, os quais são decorrentes de diferenças temporárias.
Com relação a esses créditos, estima-se que os mesmos serão realizados nos próximos exercícios.

NOTA 23. PARTES RELACIONADAS
a) Transações e Saldos
As transações mercantis com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, empresa ligada, referem-se a compra de gás natural e são realizadas de acordo com os limites de preços estabelecidos pelo mercado. Os valores das operações realizadas são:

	2015	2014
Saldo de fornecedor (passivo circulante)	72.628	86.115
Créditos a Receber – Petrobras (ativo circulante e não circulante)	27.446	39.466
Compras de gás natural - resultado – custo dos produtos	1.210.302	1.084.740

Em 31 de dezembro de 2015, o volume de compras de gás natural pela Companhia atingiu 1.417.354 mil m³/ano (1.424.949 mil m³/ano em 2014), que corresponde a 3.883 mil m³/dia (3.904 mil m³/dia em 2014). Esse decréscimo em 2015 de 0,53%, ocorreu em função de redução de consumo de gás natural pela Usina Termelétrica de Camaçari.
b) Remuneração dos administradores
A remuneração dos administradores em 2015 foi de R$ 1.532 mil (R$ 1.402 mil em 2014), ambas enquadradas na categoria de "benefícios de curto prazo a empregados e a administradores", que estão apresentados na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas", na demonstração do resultado.

NOTA 24. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS
Em conformidade com as disposições contidas na Lei Nº. 10.101/2000 e com a Política de Participação nos Lucros e Resultados aprovada pelo Conselho de Administração, a Companhia estipulou o Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PPLR) para os exercícios 2014 e 2015, documento este que foi aprovado pelo Conselho de Administração na ata da sua 185ª Reunião, e negociado junto a Comissão de Empregados e representante do Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Químico e Petroleiro da Bahia. O valor provisionado para o exercício de 2015 a título de Participação nos Lucros e Resultados aos empregados e administradores foi de R$ 2.445 mil (R$ 3.220 mil em 2014).

NOTA 25. CRÉDITOS A RECEBER - PETROBRAS
A Petrobras através de seu estabelecimento de Catu, Estado da Bahia, realizou a partir de janeiro de 2013 fornecimento de gás natural à Bahiagás, que o revendeu à Usina Termelétrica de Camaçari. Tais operações foram realizadas com emissão de notas fiscais no período de 25/01/2013 a 12/06/2013 com incidência de ICMS, totalizando este imposto o montante de R$ 45.466 mil.
Em junho de 2013, a Bahiagás identificou que na emissão das referidas notas fiscais não estavam sendo considerados o diferimento previsto no RICMS/BA, art. 286, inciso XXXII.
As notas fiscais emitidas pela Petrobras com inclusão indevida de ICMS motivou a solicitação de repetição de indébito pela Petrobras junto à Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, tendo sido deferido em 7/01/2014 a compensação nas seguintes condições:
Ano 2014 - 12 (doze) parcelas no valor de R$ 500 mil, totalizando R$ 6.000 mil;
Ano 2015 - 12 (doze) parcelas no valor de R$ 1.000 mil, totalizando R$ 12.000 mil;
Ano 2016 - 12 (doze) parcelas no valor de R$ 1.500 mil, totalizando R$ 18.000 mil;
Ano 2017 - 12 (doze) parcelas no valor de R$ 750 mil, totalizando R$ 9.000 mil;
Ano 2018 - 01 (uma) parcela no valor de R$ 466 mil.
Como a Bahiagás efetuou o pagamentos das referidas Notas Fiscais de venda de gás natural com a inclusão de ICMS, a Petrobras comunicou em 21 de janeiro de 2014, a autorização para a Bahiagás compensar os referidos valores pagos a maior, nas mesmas condições autorizadas pela Secretaria da Fazenda do Estado.
O crédito da Companhia está registrado ao final de 2015 no Ativo circulante no valor de R$ 18.000 mil (em 2014 de R$ R$ 12.000 mil), e Ativo não circulante no valor de R$ 9.466 mil (em 2014 R$ 27.466 mil).

NOTA 26. DISTRIBUIÇÃO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
No exercício de 2014, o valor de R$ 12.994 de ICMS distribuído ao Estado foi apresentado na Demonstração de Valor Adicionado- DVA da Companhia a menor no valor de R$ 29.961, com o mesmo valor a maior apresentado como Custo de Produtos Vendidos, sendo portanto, reclassificados na reapresentação das demonstrações do exercício de 2015, conforme quadro abaixo:

	2015	2014 Reapresentado
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Outros custos de produtos vendidos	(1.494.811)	(1.348.423)
IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES		
Estaduais	(41.048)	(42.955)

NOTA 27 - IMPACTOS DA LEI 12.973 DE 13 DE MAIO DE 2014
A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, convertida na Lei 12.973, de 13 de maio de 2014 e regulamentada pelas Instruções Normativas RFB nº 1.515/2014, 1.492/2014 e nº 1.397/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.492, de 17 de setembro de 2014, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais, entre elas:
i - Integração da legislação tributária às normas societárias;
ii - Revogação do Regime Tributário de Transição – RTT;
iii - Não incidência de IRPJ sobre dividendos distribuídos durante os anos calendários de 2008 a 2013. Os dispositivos da Lei entraram em vigor a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada a partir do ano-calendário de 2014. A sua adoção antecipada para 2014 elimina potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados ao pagamento de dividendos, correspondentes ao ano calendário de 2014.
A Administração, baseada em análises sobre os efeitos decorrentes da aplicação da referida Lei, entende que não haverá elevação de carga tributária em relação a legislação vigente e risco de tributação adicional sobre os dividendos distribuídos no ano-calendário de 2014 e, com isso, não optou pela aplicação antecipada da Lei no exercício de 2014.
A partir de janeiro de 2015, a Companhia adotou os dispositivos da referida Lei de forma automática. Não havendo impacto no resultado do exercício de 2015 em consequência de sua adoção.

NOTA 28 – REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO 2014
A Companhia reapresentou o exercício de 2014 nas suas demonstrações financeiras referentes aos exercícios 2015 e 2014 , devido à modificações por reclassificações de contas nas apresentações do balanço patrimonial e demonstração do valor adicionado, apresentadas de forma comparativa, em milhares de Reais.
a) Balanços Patrimoniais
Nas demonstrações dos Balanços Patrimoniais – Ativo Circulante e Não Circulante dos exercícios 2014 e 2013, os Depósitos vinculados e Créditos nas operações de aquisição de gás, respectivamente, foram apresentados como Caixa e equivalente de caixa e Outros ativos, sendo reclassificados na reapresentação das demonstrações dos exercícios de 2015 e 2014, como Depósito Vinculados e Créditos nas operações de aquisição de gás.
Nas demonstrações dos Balanços Patrimoniais – Passivo Circulante dos exercícios 2014 e 2013, Provisão de férias e encargos foram apresentados, sendo reclassificado na reapresentação das demonstrações dos exercícios de 2015 e 2014 e , como Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar.
Nas demonstrações dos Balanços Patrimoniais – Passivo Não Circulante dos exercícios 2014 e 2013, Débitos nas operações de venda de gás foram apresentados como Outros Passivo circulante, sendo reclassificado na reapresentação das demonstrações dos exercícios de 2015 e 2014, como Débitos nas operações de venda de gás.
b) Demonstração do Valor Adicionado - DVA
Reapresentação da Demonstração do Valor Adicionado – DVA relativo ao exercício 2014 decorrente da reclassificação referida na nota 26.

NOTA 29 – EVENTOS SUBSEQUENTES
A Companhia, até 29 de fevereiro de 2016, não identificou quaisquer eventos subsequentes significativos para divulgação nas suas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2015.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

AOS
Aos Acionistas e Conselheiros da
COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA - BAHIAGÁS
SALVADOR/BA

Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA - BAHIAGÁS (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do património liquido, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo coma as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente-se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada como objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevantes. Uma auditoria envolve á execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras.
Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidènciade auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Gás da Bahia - BAHIAGÁS, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31/12/2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase
Conforme divulgado na nota explicativa 17, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2015 aprovou o aumento de capital no montante de R$ 1.349 mil, proveniente da incorporação de incentivos fiscais de Reinvestimento Sudene (Decreto 4.213/02 e Lei 12.712/12), com a emissão de 57.456 ações, sendo 19.152 ordinárias e 38.304 preferenciais, todas de classe única, sem valor nominal e inconversiveis de uma classe em outra, e também em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de dezembro de 2015 aprovou o aumento de capital no montante de R$ 25.429 mil, proveniente da incorporação de incentivos fiscais do Imposto de Renda (Lei 4.239/63 e Lei 8.191/91), com a emissão de 1.083,138 ações, sendo 361.046 ordinárias e 722.092 preferenciais, todas de classe única, sem valor nominal e inconversiveis de uma classe em outra. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.
Conforme divulgado na nota explicativa 19, à Companhia, com base nas interpretações técnicas CPC 30 (R1), Receitas e do CPC 17 (R1), Contratos de Construção, reconhece as receitas e respectivos custos na construção da infraestrutura, compreendida como prestação de serviços ao poder concedente, por igual valor. Tais registros não produzem reflexo no resultado do exercício, bem como no património liquido da Companhia. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.
Conforme divulgado na nota explicativa 27, a adoção da Lei 12.973/2014, pela Companhia, a partir de 01 de janeiro de 2015, não trouxe impacto no resultado do exercício de 2015. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.
Conforme nota explicativa 28, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras do exercício de 2014, devido à modificações por reclassíficacões de contas nas apresentações do balanço patrimonial e demonstração do valor adicionado, apresentadas de forma comparativa, em milhares de Reais. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado
Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador, BA, 26 de fevereiro de 2016.

MACIEL AUDITORES S/S
CRC RS 5.460/O-0 "S" BA

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC RS 71.505/O-3 "S" PE
Responsável Técnico

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
CRC RS 65.932/O-7 "S" BA
Responsável Técnica

PARECER DO CONSELHO FISCAL - EXERCÍCIO 2015

O Conselho Fiscal da Companhia de Gás da Bahia – Bahiagás, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei 6.404/1976, examinou o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras, as notas explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes emitido pelo Grupo Maciel – Auditoria, Consultoria, Perícia, Assessoria, datado de 26 de fevereiro de 2016, apresentado sem ressalvas, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos apresentados pelos membros da administração e tendo em conta, ainda, o parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal opina que os citados documentos representam adequadamente a situação patrimonial e opina favoravelmente a proposta da Administração relativa a destinação do lucro do exercício de 2015, a serem submetidos à Assembleia Geral de Acionistas. Salvador, 31 de março de 2016.

LUIS AUGUSTO PEIXOTO ROCHA
ELBA ALVES DE BRITTO
ELIANA DE MENEZES BANDEIRA
CARLOS ALBERTO DE M. FERREIRA
LUIZ HENRIQUE G. D'UTRA

CONTADOR

Alzino Ferraz de Oliveira - CRC/BA 13.032

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcus Benício Foltz Cavalcanti | Luiz Raimundo Barreiros Gavazza | Mauricio Teles Barbosa
Ricardo Antônio Cavalcanti Araújo | Fátima Valéria Araujo Barroso Pereira

DIRETORIA

Raimundo Barretto Bastos
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF: 192.409.455-04

Luiz Raimundo Barreiros Gavazza
Diretor Presidente
CPF: 124.838.935-20

Carlos Eduardo Duff da Mota Pereira
Diretor Técnico e Comercial
CPF: 729.323.767-72

Consórcio Morrinhos

CNPJ 15.583.871/0001-52 - NIRE 295.000.230.80

Sociedade situada na Rodovia BA, 220, Povoado Varzinha, S/N, Zona Rural, CEP 44790-000, na cidade de Campo Formoso, Estado da Bahia.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO 2015

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo.

Campo Formoso (BA), 31 de março de 2016.

José Roberto de Moraes
Diretor Presidente
CPF 007.481.418-47

Thiago Correa Marder
Diretor
CPF 034.048.069-64

Bruno Borosky
Contador
CRC PR 056723/O-4

Marcelo Martines Garcia
Controller
CPF 085.300.268-10

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1	2	Fornecedores		2	80
Impostos a recuperar		41	37				
Valores a receber de consorciadas	6b	24	11			2	80
Adiantamento a fornecedores		-	1				
Despesas antecipadas		15	34	**Participação dos consorciados**			
				Quotas dos consorciados	6a	39.955	47.436
		81	85				
						39.955	47.436
Não circulante							
Despesas antecipadas		-	11				
Imobilizado	4	38.534	46.078				
Intangível	5	1.342	1.342				
		39.876	47.431				
		39.957	47.516			39.957	47.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações das participações das consorciadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

	Nota	Atlantic Energias Renováveis S.A.	Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013		30.920	-	30.920
Recursos recebidos dos consorciados		16.558	-	16.558
Custos e despesas líquidas do exercício rateadas entre os consorciados		(42)	(11)	(53)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		47.436	(11)	47.425
Recursos devolvidos aos consorciados		(7.429)	-	(7.429)
Recurso proveniente da quota parte		-	2.282	2.282
Recursos a receber dos consorciados		-	(2.282)	(2.282)
Custos e despesas líquidas do exercício rateadas entre os consorciados		(52)	(12)	(64)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	6	39.955	(23)	39.932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras
(Em Reais - R$)

1 Contexto operacional

O Consórcio Morrinhos Energias Renováveis S.A. ("Morrinhos" ou "Consórcio"), com sede em Campo Formoso-BA na Rodovia BA 220, foi constituído em 03 de abril de 2012, iniciando suas operações no mês de maio de 2013. Os consorciados Atlantic Energias renováveis S.A. ("Atlantic") e Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. ("Casa dos Ventos") associaram-se com intuito de participar e apresentar propostas, conjuntas, no Leilão de Compra e Venda de Energia Elétrica com vistas à comercialização de energia proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fonte eólica, dos empreendimentos Andorinha, Campo Formoso I, Campo Formoso II, Morrinhos e Sertão, no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), com início de suprimento em 1° de janeiro de 2016.

O Consórcio não tem personalidade jurídica nem constitui pessoa jurídica distinta de seus integrantes, devendo ser entendido como uma comunhão de interesses e responsabilidade para o cumprimento de seu objeto. O Consórcio possui contabilidade própria para os registros de todas as operações.

A cobertura financeira dos gastos com o início da operação do Consórcio ocorreu integralmente por meio de recursos oriundos de seus consorciados, registrados na rubrica "Participação dos consorciados".

O quadro das empresas consorciadas é como segue:

	Participação no Consórcio - %
Atlantic Energias Renováveis S.A.	80%
Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.	20%
	100%

2 Apresentação das demonstrações financeiras de próposito específico

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras , preparadas com o propósito de permitir que suas consorciadas elaborem suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis a seguir descritas, considerando que o Consórcio não tem personalidade jurídica e segue as práticas contábeis determinadas pelo Consórcio em conjunto com suas consorciadas. Consequentemente, essas demonstrações não devem ser interpretadas como demonstrações financeiras completas preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras de propósito específico foi concedida pela diretoria em 29 de março de 2016.

3 Principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pelo Consórcio na gestão das obrigações de curto prazo.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

c. Redução ao valor recuperável (Impairment)

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seu ativo imobilizado para determinar se há alguma indicação de que tal ativo sofreu alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

d. Outros ativos e passivos

Apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Bancos	1	2
	1	2

Em 31 de dezembro de 2015 os saldos de caixa e equivalentes de caixa referem-se às disponibilidades em conta corrente no Banco Santander.

5 Imobilizado

	2015	2014
Imobilizado em andamento	38.534	46.078
	38.534	46.078

O saldo em 31 de dezembro de 2015 refere-se a adiantamentos para a aquisição de Aerogeradores, e outros gastos pertinentes as obras.

6 Intangível

	2015	2014
Gastos com o desenvolvimento do projeto	1.342	1.342
	1.342	1.342

Refere-se substancialmente ao custo de aquisição do projeto desenvolvido por terceiros para a implantação do parque eólico. O projeto adquirido abrangeu gastos com estudos das áreas, estudos de carga e classe de aerogeradores a serem instalados nos parques eólicos, elaboração de projetos, serviços de topografia, sondagens e geologia.

7 Participação dos consorciados

	2015	2014
Atlantic Energias Renováveis S.A.	39.955	47.478
Total	39.955	47.478

O saldo em 31 de dezembro de 2015 refere-se recursos recebidos do consorciado líder Atlantic Energias Renováveis S.A. para adiantamentos na aquisição de Aerogeradores, e outros gastos pertinentes às obras.

a. Cessão de direitos para aporte nas SPE´s

No ano de 2015 foram efetuadas Cessões de Direitos às SPE´s Andorinha, Campo Formoso I, Campo Formoso II, Morrinhos e Sertão, conforme demonstramos abaixo:

	2015
Atlantic	423
Ventos dos Guaras I Energias Renováveis S.A.	815
Andorinha Energias Renováveis S.A.	8.366
Campo Formoso I Energias Renováveis S.A.	8.615
Campo Formoso II Energias Renováveis S.A.	6.800
Morrinhos Energias Renováveis S.A.	2.092
Sertão Energias Renováveis S.A.	12.844
	39.955

b. Valores a receber de consorciadas

	2015	2014
Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.	25	11
	25	11

8 Seguros

A política adotada pelo Consórcio é a de manter cobertura de seguros, para a implantação da Central Geradora Eólica e garantir a indenização, pelos prejuízos decorrentes de inadimplemento das obrigações assumidas pelo Consórcio, junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(69)	(215)
Despesas financeiras	-	(2)
Receita financeira	5	164
Resultado financeiro líquido	5	162
Prejuízo do exercício	(64)	(53)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Prejuízo do exercício	(64)	(53)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(64)	(53)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

Prejuízo do exercício	Nota	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		(64)	(53)
Aumento em impostos a recuperar			
Aumento (redução) em despesas antecipadas			
Aumento (redução) em adiantamento a fornecedores		(4)	(37)
(Redução) aumento em fornecedores		30	(45)
(Redução) em impostos e contribuições a recolher		1	(1)
		(78)	51
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		-	(3)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(115)	(88)
Adições do imobilizado			
Reduções do imobilizado			
Adições ao intangível	4	-	(15.425)
	4	7.543	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	5	-	(1.059)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		7.543	(16.484)
Recursos recebidos de consorciadas			
Recursos devolvidos a consorciadas			
		-	16.558
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamento		(7.429)	-
Demonstrações da redução no caixa e equivalentes de caixa		(7.429)	16.558
No início do exercício		(1)	(14)
No final do exercício			
		2	16
Redução de caixa e equivalentes de caixa		1	2
		(1)	(14)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

À
Administração e aos Consorciados do
Consórcio Morrinhos Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras de propósito específico do Consórcio Morrinhos Energias Renováveis S.A. ("Consórcio"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações das participações das consorciadas e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração do Consórcio de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa n° 2.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Consórcio é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa n° 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Consórcio para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Consórcio. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras de propósito específico acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Consórcio Morrinhos Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa n° 2.

Auditoria do valor correspondente ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 31 de março de 2015 sem modificar a sua opinião.

Curitiba, 29 de março de 2016.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6

Marcello Palamartchuk
Contador CRC 1PR049038/O-9

Dom Itamar Vian

Luzes no Caminho

di.vianfs@ig.com.br

Um Brasil de paz

Que caminhos o Brasil poderia trilhar para reverter o atual quadro de violência? Estamos todos amedrontados diante do aumento de crimes hediondos em nosso país, sensibilizados pela dor de uma sociedade onde são assassinadas 109 pessoas por dia. A segurança é um direito humano do cidadão.

A VIOLÊNCIA se agrava com a miséria. A fome é uma grande forma de violência. No mundo a cada sete segundos morre uma criança de fome. Calcula-se que cada dia morrem cem mil pessoas de fome ou de suas conseqüências. No entanto, a violência é mais profunda do que os efeitos da miséria. Ela está ligada ao ódio, à vingança, à cobiça de riquezas, ao dinheiro, à disputa pelo poder, a filmes, novelas e seriados violentos que ensinam a roubar, matar e agredir.

UM BRASIL de mais paz depende de nós. Literalmente, depende de nós. A resposta para esta situação de violência depende da força de nossas convicções e da influência que possamos exercer em nossas respectivas comunidades. Desta forma, o modo mais eficaz para diminuir a violência é a formação para o respeito à vida humana. Essa atitude requer, em especial, o zelo na educação das crianças, que são as principais vítimas da violência.

CRIMINOSOS e seqüestradores são capazes de explodir bancos, criar pânico, extinguir vidas humanas, mas eles não têm o poder de destruir a esperança de paz. É preciso mais policiamento, é preciso cobrar medidas necessárias por parte do nosso governo, mas, em última análise, cada um deve fazer a sua parte para educar seus filhos, seus alunos, para conscientizar a sua comunidade de que o Brasil pode se tornar um dia um país mais humano.

"É NECESSÁRIO e urgente implantar a cultura da paz no coração de todas as pessoas. Nossos corações querem gritar em alta voz: Violência nunca mais!" Essas palavras, do Papa Francisco, expressam muito bem o desejo de todos nós, que assistimos assustados à escalada de violência em Feira de Santana, na Bahia e no Brasil.

O PROFETA Isaías adverte que "a verdadeira paz é obra da justiça" (Is 32,17). Portanto, a defesa da vida e da justiça passa pelo emprego, direito à terra, à saúde, à educação e a moradia. Passa pelo combate à praga da corrupção. E tudo isso dentro de uma cultura do diálogo, do perdão e da consciência do valor do ser humano. Jesus nos diz: "Felizes os que promovem a paz porque serão chamados filhos de Deus". (Mt 5,9). "Eu vos deixo a paz, eu vos dou a minha paz" (Jo. 14, 27).

Sandro Penelu
sandropenelu@gmail.com

Cultura e Lazer

Mais dicas culturais em: www.infcultural.blogspot.com

Rainha, Rei Momo e princesas da Micareta têm votação pela Internet

O público pode escolher quais serão as majestades da Micareta de Feira de Santana 2016. A votação para escolha da Rainha e Rei Momo da festa segue pela Internet até o dia 16 de abril. Para votar, basta acessar o site da Micareta 2016 e clicar no banner da votação. O eleitor terá direito a um voto para o Rei Momo e outro para a Rainha. Para confirmar a escolha é necessário repetir o código de segurança e clicar em "Vote Aqui".

Vale ressaltar que cada endereço de IP tem direito a votar apenas uma vez. O resultado da votação popular terá peso na final do concurso de majestades da Micareta, que será realizado no dia 17 de abril, durante o Esquenta Micareta. A decisão do corpo de jurados, somado com o voto popular definirá o Rei Momo, Rainha e princesas.

SHOWS AO VIVO

SEXTA-FEIRA 15/04

ATRAÇÃO	LOCAL	HORA	ENDEREÇO
CELLY	Quiosque dos Amigos	20	Praça Duque de Caxias
CLUBE DE PATIFES	Ofsina	21	Kalilândia
BALANEJOS	O Boteco	22	Ville Gourmet
WILLIAN DE CASTRO	The House	22	Ville Gourmet
NUNO BAIA	Filozophia	21	Rua São Domingos
CANTORIA FEIRENSE	Teatro Margarida Ribeiro	20	Capuchinhos
GUYMEO	Seu Zé	22	Ponto Central
GELIVAR SAMPAIO E SEU GRUPO	Bengos Bar	21	Estação Nova
ALAN OLIVEIRA	Quiosque do Mazinho	21	Praça de Alimentação
TIMBAÚBA	Cidade da Cultura	21	Conjunto João Paulo
MAZINHO VENTURINI	Bar 14 Bis	22	Av. Getúlio Vargas

SÁBADO 16/04

ATRAÇÃO	LOCAL	HORA	ENDEREÇO
FINAL DO FESTIVAL DE CALOUROS	MAP	10	Centro
ELIOMAR SANTOS	Quiosque dos Amigos	20	Praça Duque de Caxias
CELLY NOBLAT	Quiosque do Mazinho	21	Praça Gilson Pedreira – Av. Getúlio Vargas
GALEGUINHO	O Boteco	22	Ville Gourmet
NEW BEATLES BRAZIL	Dom Vicente	22	Ponto Central
NENEM DO ACORDEON	Cidade da Cultura	21	Conjunto João Paulo
GELIVAR SAMPAIO E SEU GRUPO	Bengos Bar	21	Estação Nova

Prefeitura fixa limite de volume de som

Blocos e entidades micaretescas, bem como as barracas montadas no perímetro da festa, terão que respeitar limites de emissão sonora durante a Micareta de Feira de Santana. O limite fixado para as barracas e similares será de até 85 decibéis e de até 110 decibéis para trios elétricos e carros de som – os índices valem para medições com cinco metros de distância e com altura de 1,5 metro do solo.

As entidades deverão fixar faixas informando aos foliões que eles não devem se posicionar ao lado dos trios, sob pena de, no futuro, ter que enfrentar problemas auditivos, porque a emissão está acima do limite tolerável pelo ouvido humano. Elas também são obrigadas, sob pena de aplicação de multa de R$ 10 mil, pela Secretaria de Meio Ambiente, a fornecer protetor interno de ouvido, tipo 'plug', para cordeiros, seguranças e outros trabalhadores.

Em caso de reincidência, as penalidades serão em dobro e revertidas para o Fundo Municipal em Defesa do Meio Ambiente e, ainda, durante a auditoria ambiental um preposto da entidade estará acompanhando o fiscal.

Caravana Tribal Nordeste chega a Feira de Santana

A Caravana Tribal Nordeste é um projeto itinerante que acontece há seis anos percorrendo alguns estados do Nordeste, buscando o fortalecimento da Dança Tribal, do Ventre e Fusões através da difusão do conhecimento em workshops, mostras coreográficas e intercâmbio entre artistas e pesquisadores. Neste sábado, dia 16, a Caravana chegará pela primeira vez a Feira de Santana, sob a realização da Trupe Mandhala, grupo feirense de dança tribal, trazendo um espetáculo que será apresentado no Teatro Margarida Ribeiro, a partir das 19 horas.

A programação conta ainda com três workshops que trabalharão temáticas diversas dentro do universo da Dança Tribal e Fusões. O show conta com apresentação de grupos e bailarinos de Feira de Santana, Salvador e região, bem como de Alagoas, Rio Grande do Sul, Paraíba, Ceará e Pernambuco.

Palco Quilombola agora no Circuito Maneca Ferreira

O Palco Quilombola, que durante anos foi armado na Avenida João Durval Carneiro, neste ano vai ser transferido para a avenida Presidente Dutra, palco principal da festa. Será uma das novidades da Micareta deste ano. Será montado entre a Avenida Maria Quitéria e a Rua Comandante Almiro. O novo espaço terá toda estrutura para as apresentações musicais e dos blocos afro, afoxés e escolas de samba.

A mudança de local, disse o secretário de Cultura, Esporte e Lazer, Rafael Cordeiro, era uma antiga reivindicação dos representantes das entidades que lá desfilavam. "No novo espaço terão maior visibilidade". Eles pediam que o Palco Quilombola fosse montado no Circuito Maneca Ferreira. Depois de conversarmos com as entidades, ficou decido que a partir deste ano as manifestações de matiz africanas mudariam de local", afirmou o secretário.

Economia em crônica

Mais de quatro mil homicídios desde o início do século

Os números variam um pouco, mas no atacado a Feira de Santana rompeu, há alguns meses, a marca dos quatro mil homicídios desde o ano 2001. Considerando o número até março de 2016 – só no primeiro trimestre são mais de cem assassinatos, número bastante superior aos de anos inteiros em algumas grandes metrópoles do planeta – são mais de 4,1 mil assassinatos a partir do início do século. Com essa soma assombrosa, é difícil um feirense não conhecer alguém que já foi tragado por esse turbilhão de violência.

Quem analisa a série histórica enxerga, de imediato, a tendência ascendente e a relativa estabilização em níveis altíssimos nos últimos anos. Desde 2007 morrem, pelo menos, duas centenas de pessoas todos os anos. Isso para não mencionar a prática nem tão incomum do latrocínio, o roubo seguido de morte, quem nem figura nessa contabilidade.

Em 2015, houve intensa comemoração pela redução em relação ao ano anterior. Oficialmente, foram 282 mortes. Nessa contabilidade, todavia, não entraram os dez mortos da rebelião no Conjunto Penal, nem as vítima de latrocínio. Logo, o número de mortos superou, mais uma vez, as três centenas.

Só um milagre levaria a Feira de Santana, neste 2016, a recuar ao patamar – já elevado – de 2006: como já são mais de 100 mortos, é improvável que, até o fim do ano, não morram outras cem pessoas, o que contribuirá para sustentar o funesto recorde. Sobretudo em função de notícias dando conta que, recentemente, quadrilhas de traficantes passaram a disputar territórios a bala, fazendo a violência recrudescer.

Qualidade de vida

Dados estatísticos frios, normalmente, servem para dimensionar a realidade, atribuindo quantidades a determinados fenômenos. Entender o impacto da violência sobre a realidade feirense, no entanto, exige um mergulho na dimensão qualitativa, o que ainda está por ser feito. Só associando as duas vertentes para compreender a extensão dos efeitos da violência sobre os feirenses.

Consequência óbvia da violência crescente na rotina da população é a limitação no ir-e-vir: as madrugadas tornaram-se proibitivas ao longo dos anos, assim como o trânsito em determinadas regiões da área urbana. É o caso do centro da cidade, pouco recomendável fora do horário comercial. Mas já há lugares que se tornaram arriscados até mesmo à luz do dia.

A rotina draconiana da violência, no entanto, vai além. Alguns bairros, sobretudo os mais populosos e os periféricos, registram episódios de violência mesmo fora dos horários de risco. Em alguns, a presença de estranhos não costuma ser bem vista por traficantes. Em circunstâncias extremas, até toque de recolher já foi imposto. Impossível maior constrangimento ao direito de ir e vir.

Comércio

A aflição que alcança o cidadão na rua é ainda maior para quem investe seu capital no comércio, por exemplo. Além das dificuldades naturais para a sustentação da atividade – sobretudo desde a eclosão da crise econômica – é necessário, muitas vezes, investir em segurança privada para evitar prejuízos com assaltos. Com isso, elevam-se os custos, que costumam ser repassados aos consumidores.

Os efeitos, porém, não se esgotam aí. Morar em áreas com elevados índices de violência costuma trazer prejuízos adicionais, inclusive financeiros. Afinal, interessados na aquisição de imóveis também levam em consideração a incidência de crimes quando decidem comprar um bem. Quem dispõe de casas ou apartamentos para vender em áreas mais violentas, sabe das dificuldades para fechar negócio.

Sintéticos, esses exemplos mostram que o impacto da violência sobre a sociedade vai muito além das estatísticas, divulgadas com frequência. Envolve também uma dimensão qualitativa que afeta a qualidade de vida. Não se mata mais de quatro mil pessoas – número digno de uma guerra – sem efeitos expressivos sobre a rotina de uma sociedade. Eis um instigante tema de pesquisa que permanece inexplorado.